



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1167/15	DATA: 10/07/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul	INÍCIO: 09h45min	TÉRMINO: 13h36min	PÁGINAS: 83

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JEFERSON FERNANDES - Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul. ALBERTO KOPITKE - Vereador do Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. SIDICLEI MANCY - Vereador do Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul. MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA - Representante do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul. CINTIA BONDER - representante da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul. ELIS REGINA GOMES DE VARGAS - representante do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul. PÉROLA SAMPAIO - representante do Fórum de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra. ALESSANDRA QUINES CRUZ - Dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul - NUDDH. TATIANA XAVIER - Representante da Anistia Internacional. LAURA SITO - Representante dos estudantes. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR - Ouvidor Nacional da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. ÂNGELA GUIMARÃES - Presidente do Conselho Nacional da Juventude e Secretária Nacional Adjunta de Juventude. MARIA LUIZA RODRIGUES VIANNA - Articuladora nacional do Plano Juventude Viva e do Fórum Permanente do Hip Hop. ANTÔNIO MATOS - Representante do Movimento Negro Unificado - MNU. SEBASTIÃO DOS SANTOS - Representante do Coletivo Nacional de Juventude Negra - Enegrecer.

SUMÁRIO

Levantamento de diagnósticos, informações e oitivas pertinentes ao trabalho da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
Houve exibição de vídeo.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis e inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.
Houve falha do microfone.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia, todos e todas!

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito contra Violência de Jovens Negros e Pobres.

Esta CPI foi instalada no dia 26 de março com o objetivo de apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, da morte e do desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Em 30 de março foi aprovado o Requerimento nº 5, de 2015, de minha autoria, que requer que sejam realizadas audiências estaduais para levantamento de diagnósticos, informações, oitivas, diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados.

A CPI já visitou os Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Pará, Paraíba, Rondônia, agora o Rio Grande do Sul, e na segunda-feira iremos a Pernambuco.

Quero convidar aqui — na verdade, já estão conosco aqui na Mesa — meu amigo, Vereador Alberto Kopittke, de Porto Alegre, companheiro de várias lutas nessa caminhada das políticas para a juventude. É uma alegria poder recebê-lo aqui. Parabéns pelo trabalho!

Quero também convidar o nosso Deputado Estadual Jeferson Fernandes, que foi o responsável pela vinda da CPI aqui. Ele foi a Brasília e nos convenceu a fazer esta audiência no Estado. Obrigado, Deputado Jeferson Fernandes, pelo apoio.

Em nome de S.Exa., eu quero agradecer aqui a toda a Assembleia Legislativa, ao Presidente da Casa, a todos os profissionais e à assessoria que nos recebem aqui nesta manhã de sexta-feira.

Também quero convidar para compor a Mesa meu amigo e Deputado Padre Luiz Couto, que está aqui do meu lado, companheiro de tantas caminhadas.

Primeiro, eu quero dar mais informações; depois, vou abrir aqui para os companheiros da Mesa.

Na terça, nós já apresentamos um relatório preliminar. Na verdade, um relatório final, uma segunda versão. E vamos apresentar um segundo relatório, na segunda, à noite, o relatório final. E convocamos para terça-feira, para aprovação do relatório da CPI.



A CPI na Câmara dos Deputados tem um prazo de duração de 120 dias. Nós trabalhávamos com a hipótese de prorrogação, mas não foi possível. Então, vamos concluir o que eu chamo de primeira etapa. E por que eu chamo de primeira etapa? Porque, de fato, nós estamos apresentando um conjunto de proposições legislativas. Estamos apresentando três ou quatro PECs — projetos de emenda à Constituição. Estamos também apresentando vários projetos de lei.

Rapidamente, nós estamos apresentando uma emenda à Constituição que quer discutir o novo sistema sobre segurança pública. Nós achamos que... Nós não podemos aceitar que o Município e a União não participem, em especial a União, diretamente desse debate, dessa função. Nesse sentido, nós achamos que temos que ter um novo sistema federativo sobre segurança pública e também compartilhar responsabilidades. Mas, além de compartilhar responsabilidades em um novo sistema federativo, nós achamos também que nós precisamos introduzir a palavra "republicano". Porque ele precisa, na minha concepção, envolver todos os poderes, toda a sociedade, quando o tema é segurança pública.

Nesse sentido, nós entendemos que nós precisamos democratizar o debate sobre segurança pública no País, porque, em minha opinião, ele é meio privatizado. O tema segurança pública não é de domínio popular. É como se no rol das políticas públicas o tema segurança pública fosse privatizado para os agentes que trabalham com a segurança pública e não para a sociedade.

No rol das políticas, se a gente olhar como a saúde é debatida, a educação, o sistema social, são políticas de domínio popular.

Então, nesse sentido nós achamos que temos que constitucionalizar, Alberto, a responsabilidade para que Município, Estado e União construam o seu planejamento, as suas estratégias, conjuntamente com a sociedade brasileira. Então, nós estamos propondo, a Comissão está apresentando um PL que cria um Plano Nacional de Enfrentamento a Homicídios no Brasil e Violações de Direitos. Nesse sentido, nós queremos obrigar também os Estados e os Municípios a construírem seus planos e suas ações a partir das suas realidades. Nesse caso, eu faço um apelo aqui, Jeferson, Fernando, para que também a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul possa constituir também uma Comissão Especial para debater e elaborar o seu plano estadual.



O Estado do Rio Grande do Sul tem uma taxa de 42 homicídios para cada 100 mil habitantes. A cidade de Porto Alegre tem uma taxa de 93 para cada 100 mil habitantes. Essas taxas são estarrecedoras. Por quê? Porque acima de 10 é considerado guerra civil. O Brasil tem uma taxa de violência de 29 para cada 100 mil habitantes da população em geral, mas tem no recorte juvenil acima de 60 para cada 100 mil habitantes.

Há um estudo do *Mapa da Violência* de 2004 a 2007 que compara o Brasil com as 12 maiores guerras e com as 60 menores. Sessenta e dois conflitos internacionais de 2004 a 2007 mataram 206 mil pessoas. O Brasil matou 209 mil pessoas. Nós matamos mais que todas as guerras internacionais no mundo!

Portanto, nós precisamos assumir essa realidade. Por isso cai por terra essa história de que o Brasil é um país fraterno, gentil, hospitaleiro. O Brasil é um país muito violento. Há uma cultura da violência no Brasil que nós precisamos debater, e reverter essa tendência na perspectiva de que há uma cultura da paz.

Então, várias razões, evidente, são responsáveis por esses milhões de cadáveres, porque o Brasil, de 1980 a 2014, matou uma população do Uruguai, do país vizinho a vocês, 2,5 milhões de pessoas; 1 milhão e 300 mil em homicídios, 1 milhão no trânsito — e a maioria no trânsito hoje é de jovens negros e pobres, nessa guerra de uma falta de política de urbanização no País — e 200 e tantos mil suicídios.

Portanto, esse é um desafio que é de toda a sociedade brasileira. E precisamos ter planejamento. No Plano Nacional nós estamos apresentando cinco grandes metas e várias diretrizes. A primeira meta que nós estamos apresentando no Plano Nacional é de que, nos próximos 10 anos, esse pacto republicano tem de dar conta de trazer essas taxas para um dígito. É uma vergonha se a sexta, que pode ser a quinta maior economia do mundo, não conseguir reduzir essa taxa para um dígito. Isso significa que nós vamos preservar no Brasil 500 mil vidas. Não é estatística. Por traz de cada vida existe um sonho de uma comunidade, existe a esperança de um povo, de uma família.

Também queremos elevar a taxa de elucidação dos crimes para 80%. É uma vergonha a nossa taxa, que hoje é de 8% e 3%. Só vão presos 3%; 3% dos que cometem crime contra a vida são condenados. Isso aí é interessante, porque



querem tanto reduzir a maioria penal para prender os meninos, sendo que os adultos têm carta branca para matar. É isso que a sociedade afirma e a Justiça criminal brasileira afirma. (*Palmas.*) A Justiça criminal e a sociedade brasileira deram carta branca para matar, mas não deram para crime contra patrimônio, porque a população que está presa é por crime contra patrimônio. Contra patrimônio tem que prender. Crime com usuário de droga também. De 90% da população carcerária, 40% é porque usou maconha e 50% porque fez alguma coisa contra patrimônio; por crime contra a vida apenas 3% são condenados.

Então, nesse sentido, nós queremos elevar, nos 10 primeiros anos, uma taxa de elucidação que é de 5% a 8% para 80%, taxas da Europa. Quanto maior é a taxa de elucidação, menor é o crime. Reino Unido, 90% de elucidação de crime; é de 1 para cada 100 mil homicídios. Quanto menor a taxa de elucidação, maior é o crime.

Terceiro objetivo e meta também, Deputados: nós queremos diminuir a letalidade policial. Não é verdade que o policial é responsável por todas as mortes de jovens. Mas é verdade também que o Estado não pode matar ninguém. O Estado tem de ser garantidor de direitos e não ser violador de direitos. Então, nós temos aí uma taxa de homicídio de 10 e, talvez, de violência... Eu não sei, é difícil mensurar violência, mas a taxa de homicídios é de 10%, taxa de letalidade policial, Vereador Alberto. Isso é muito alto. Diminuir a letalidade também é diminuir a violência. Quanto maior a letalidade, maior a taxa de homicídios. Quanto menor a letalidade, quando não há letalidade igual agora na Japão, a polícia não disparou nenhuma bala, a taxa de homicídios é de menos de 1 para cada 100 mil habitantes.

Também nós temos que diminuir a vitimização de policiais. Nós também temos que admitir que matam também muitos policiais, e policiais que são negros e pobres. Então, também é evidente que faz parte de uma estratégia nacional

E, por último, é evidente que, se em 142 Municípios se concentram 90% da violência, nós precisamos de uma política e uma meta de políticas de urbanização, de iluminação, de institucionalidade em algumas comunidades, onde é predominante a população negra. Então, nesse sentido, nós achamos que uma das metas é ter as políticas afirmativas nessas comunidades.

Então, nós planejamos cinco grandes metas e várias diretrizes num plano nacional. Mas esse plano nacional vai ser... Eu espero que ainda neste semestre o



Presidente constitua uma Comissão Especial para que a gente possa apreciá-lo. E aí, se for um desejo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, nós voltaremos aqui para discutir as metas e as diretrizes do plano nacional.

Detalhamento do plano: nós estamos usando a estratégia de devolver à União a obrigatoriedade de, em 180 dias, mandar o detalhamento de cada meta para a Câmara dos Deputados, o que nós achamos que é mais inteligente. Traçamos diretrizes e metas e as ações específicas, e o Poder Executivo decide, até porque é uma prerrogativa do Poder Executivo. E é o que nós também estamos propondo às Assembleias Legislativas, Alberto, e às Câmaras Municipais. Eu acho que nós deveríamos fazer esse esforço.

Também estamos dizendo e pedindo à Câmara dos Deputados que crie uma Comissão Especial por três legislaturas para acompanhar e monitorar. Primeiro, para mobilizar, para que todas as Câmaras e Estados possam fazer esses planos nacionais, esse pacto nacional pela vida e, ao mesmo tempo, possam também ter, em três legislaturas, uma comissão especial que acompanhe as metas e o andamento dessas políticas. Ou seja, o que nós estamos querendo dizer? Nós precisamos de um pacto republicano para enfrentar essa triste estatística que diminui a todos nós e a sociedade brasileira.

Então, um pouco aí das diretrizes. Tudo isso por quê? Porque nós estamos convencidos de que toda a sociedade naturalizou matar negro e pobre. Eu tenho falado com a mídia. A mídia veio me perguntar qual o objetivo desta audiência. É para que vocês rompam o silêncio. A grande mídia decretou um silêncio.

Eu me reuni, agora quarta-feira, com a Globo, SBT, Record e Bandeirantes, com os quatro diretores. Mas por quê? Porque não há nenhuma matéria, e quando há matéria que fala de negro, é de maneira negativa, e isso ajuda na violência, ajuda a transparecer para a sociedade que o negro é, em potencial, mais violento que o branco. Há uma violência simbólica.

Então, nós temos que desnaturalizar a morte de jovens negros e pobres, e para isso temos que envolver todos, porque se fosse branco e rico não se estaria nesse silêncio que a sociedade está hoje. Então, nós precisamos desnaturalizar, precisamos dar visibilidade, jogar luz e fazer um pacto nesse sentido.



Então, nós estamos aqui, Deputados, Vereadores, para que a gente possa mobilizar, jogar luz nesse tema, e ao mesmo tempo devolver esse tema para o povo, que é o povo que recebe a concepção de ordem pública. O que é interessante, Vereador Alberto, é que eu perguntei a vários Secretários de Estados, Secretários de Justiça o que é ordem pública, e, aí, ninguém soube responder. Alguns falaram: não vamos discutir o que é ordem pública, porque são discussões intermináveis. É um pântano, você não sai dele mais. Mas a ausência de ordem pública fez alguém definir na ponta o que é ordem pública, e geralmente quem define o que é ordem pública são poucos oficiais dentro dos batalhões lá, que mandam numa lógica errada de polícia, de confronto, porque a lógica da polícia de confronto é só nas comunidades periféricas e pobres; mandam fazer uma lógica errada sobre a guerra às drogas, porque geralmente quem morre, quem paga a conta são jovens negros e pobres. E quem é invadido, quem não tem o seu direito de ir e vir são as comunidades mais periféricas, porque, na grande maioria, só há trabalhadores, na ampla maioria são trabalhadores. Mas não é porque a pessoa mora numa comunidade mais periférica que ela tenha algum envolvimento com o crime.

Então, nós temos uma violação de direito enorme na concepção da ausência da ordem pública. Eu confesso que não dei conta, e a ideia também talvez seja definir na Constituição o que é ordem pública. Nós estamos recomendando que a Comissão de Altos Estudos abra um grupo para estudar o que é ordem pública, porque, na ausência de ordem pública, Hitler fez o nazismo e matou em nome da ordem pública milhares de pessoas. Então, eu acho que o Brasil deveria dar conta, no futuro, de definir o que é ordem pública na sua Constituição.

Então, é isso. Eu quero aqui agradecer a presença de todos. Nós vamos fazer esta Mesa de abertura, mas, na segunda Mesa, eu quero combinar uma intervenção dos convidados da Mesa com uma intervenção do Plenário, porque aí eu acho que fica mais democrático. Nós estamos aqui para ouvir; depois, nós vamos à Comunidade Restinga, para fazer uma diligência.

Então, eu queria pedir ao Robson, esse moço simpático aqui, meu secretário da CPI, para colher assinaturas do Plenário, de quem queria fazer intervenção. Nós vamos alternar com as próximas mesas, para a gente democratizar aqui os nossos trabalhos nesta manhã de hoje.



Vou passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, nosso membro atuante da CPI.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Bom dia para todos e para todas! Diz-se o seguinte: quando a gente não responde ao bom-dia, a energia não é compartilhada. (*Risos.*)

Então, bom dia para todos e para todas! (*Manifestação no plenário: Bom dia!*)

Aí, sim! São Francisco, quando dizia bom dia e via que não respondiam, ele começou a usar outra expressão: paz e bem, e as pessoas respondiam paz e bem. Então, respondam também bom dia quando alguém falar, porque é energia compartilhada.

Muito bem! É isso aí. Aí esquentam, ouviram? Quando a gente diz um bom-dia, o frio desaparece e o coração esquenta.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer da importância que tem a nossa vinda aqui novamente a Porto Alegre. Já estivemos aqui diversas vezes, em outras CPIs — CPI da rede de Exploração Sexual —, e também estivemos lá no Alvorada, para identificar mortes de jovens adolescentes que eram executados. Estivemos também na CPI do Tráfico de Pessoas, cujo relatório já concluímos; e há um projeto de lei que está no Senado para ser aprovado a respeito da questão do tráfico de pessoas.

O fato que chama a atenção é que nós estamos vivendo e vendo um verdadeiro genocídio contra a juventude, especialmente a juventude negra, pobre e que mora nas periferias. Esse é um dado que chama a atenção.

Outro dado que muita gente tenta dizer que não existe, e lá no Congresso Nacional hoje há uma maioria conservadora que efetivamente defende um Estado policialesco fundamentalista, diz o seguinte: “*Não. Não tem racismo no Brasil, não. Não tem genocídio, não. Foram mortos porque são pobres.*” Ou seja, não querem reconhecer o racismo nem o genocídio que acontecem em nosso País.

Há um ódio de raça, de cor, de etnia e de classe social também, e esse ódio é porque, na grande maioria, os jovens que estão presos ou que são executados são porque atingiram o patrimônio. Ódio também não é porque mataram, que é 1% daqueles que cometeram homicídios que estão lá nos centros de internamento. E, agora, há a tentativa de redução da maioridade penal para dizer que a juventude do



Brasil está no cemitério, nas cadeias; ou, então, vai ficar agora refém dessa situação. E o descompromisso que tem do poder público com políticas públicas para a juventude, especialmente para a juventude negra, pobre, que mora na periferia.

O fato é que nós temos um sistema de segurança pública que não responde mais às demandas. Ou seja, hoje se investe para reprimir, e na segurança como prevenção, não. Isso que o Deputado Reginaldo, Presidente, comentou, é um primeiro projeto que estamos encaminhando sobre essa discussão da segurança pública como elemento importante para assegurar a vida, para assegurar a liberdade das pessoas e, aquilo que está na nossa Constituição, para assegurar a dignidade de cada ser humano.

Nós tratamos muito mais, e o *Mapa da Violência* apresenta aqueles jovens que foram mortos, que foram executados, que foram assassinados. Mas a violência é maior, a violência é maior. O racismo é um exemplo, os maus-tratos, os tratamentos cruéis, desumanos, degradantes, a tortura praticada também contra a juventude negra e contra os negros, e isso chama a atenção.

Essa cultura de racismo é alimentada e fortalecida por programas de televisão e de rádio que apresentam a seguinte proposta: bandido bom é bandido morto. E ouvi uma vez um repórter, lá no meu Estado, dizer o seguinte: "*Quando tem um negro parado num lugar sozinho, ele é suspeito. Quando ele está correndo, ele é bandido.*" É essa visão que se tem. Nós precisamos dar um basta, combater e enfrentar essa situação.

Vejam vocês que, nos últimos 10 anos, a faixa etária que mais cresceu em número de homicídios foi a de 10 a 14 anos; ou seja, nossas crianças e adolescentes estão sendo também dizimados. O fato é que o *Mapa da Violência* fala também que são jovens, na maioria negros e pobres que moram na periferia. E o censo penitenciário revela que a maioria dos que estão presos têm de 18 a 29 anos. Então, nossa juventude ou está nos cemitérios ou está nas prisões, ou, então, está aí sendo desrespeitada de forma plena.

E, para concluir, eu queria dizer para os companheiros e companheiras que é fundamental essa... E nós estamos indo a cada Estado, ouvindo autoridades, ouvindo segmentos, ouvindo pessoas que sofreram, também, violência, familiares. Em alguns Estados, algumas pessoas quiseram falar em caráter reservado porque



estão sob ameaça de morte. Se tiver alguém que queira prestar um depoimento em caráter reservado, sigiloso, poderá falar com a Secretaria, para que nós possamos ouvir em caráter reservado.

E quero dizer para vocês que, além desta audiência aqui, nós teremos um tempo de diligência, quando iremos para um bairro, em todos os lugares, para que possamos conversar com os segmentos daquela comunidade onde a violência está mais presente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto, militante histórico dos direitos humanos. Obrigado pela sua participação e presença.

Passo a palavra ao Deputado que organizou a nossa vinda para cá, Deputado Jeferson Fernandes.

O SR. JEFERSON FERNANDES - Deputado Reginaldo Lopes, nosso Deputado Luiz Couto, sejam bem-vindos ao Estado do Rio Grande do Sul! É com muita alegria que, ao lado aqui do Kopittke, com certeza, nós acolhemos vocês aqui.

Eu quero revelar para todos que estão aqui, todos e todas, desejando um bom-dia, que, como eu sou Relator aqui de uma subcomissão que estuda o sistema prisional gaúcho, eu fui a Brasília com o intuito inicial de visitar a CPI do sistema prisional nacional. Mas, quando eu assisti a uma sessão daquela CPI, eu percebi que era o inverso do que nós estávamos trabalhando, porque o objetivo deles, embora o Brasil seja a quarta Nação no mundo que mais encarcera pessoas, o objetivo deles é encarcerar ainda mais, e privatizar o sistema prisional, para dar lucro para algumas empresas e, com isso, justificar a prisão de mais e mais jovens, em especial.

Buenas, quando eu vi isso, eu fiquei: *“Isso aqui não nos serve, não é essa a diretriz”*. E acompanhei, depois, uma sessão da CPI sobre a violência e o extermínio dos nossos jovens negros, e é esta CPI que dialoga com o nosso tema. E gostei muito. Não conhecia ainda o Deputado Reginaldo Lopes, e, quando eu falei para ele, ele disse: *“Olha, eu quero ir ao Rio Grande do Sul”*. Fiquei felicíssimo por isso! Mas a segunda frase dele me deixou mais feliz ainda, porque ele disse: *“Eu não quero apenas um evento formal lá com vocês Deputados, enfim, em uma sala do*



Parlamento. Eu quero ir à comunidade onde acontecem esses crimes, onde tem vítimas dessa violência". Por isso, hoje à tarde nós vamos até a Restinga, para ouvir as vítimas, ouvir o povo, que, muitas vezes, não consegue ser ouvido por ninguém, infelizmente.

Nós, defensores dos direitos fundamentais, dos direitos humanos, atentamos muito em especial ao direito das vítimas. Mas vejam que, quando a vítima é branca e tem dinheiro, ela tem muito mais espaço para se pronunciar. As vítimas pobres são ignoradas. A imprensa me perguntou muito esta semana: *"Mas qual é o objetivo de vocês trabalharem isso?"* E eu repeti a sua frase, mesmo sem ter combinado: *"A primeira coisa é vocês publicizarem essa informação tão grave, tão preocupante, mas parece que inexistente".*

Em 2014, o nosso País teve 56 mil homicídios. Repito: 56 mil homicídios! O Deputado Reginaldo Lopes falou uma coisa, e eu faço questão de enfatizar mais uma vez: somando todas as guerras e conflitos que existem hoje no mundo, que são 62, o Brasil supera todos em termos de mortandade de pessoas. E a ampla maioria desses que são mortos são jovens negros da periferia. E o que é pior: a autoria dos homicídios não é investigada.

Eu quero revelar aqui para os senhores e as senhoras, amigos e amigas, que nós convidamos para este evento todas as instituições. Eu faço aqui audiências a cada pouco tempo e estou entristecido. É claro que eu reconheço a Defensoria Pública, aqui bem representada, a nossa Polícia Civil tem uma delegada representando-a também, mas são as únicas instituições que vieram. Nós não temos aqui — eu quero registrar isso para o próprio Poder Judiciário, para o Ministério Público, para a Brigada Militar...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JEFERSON FERNANDES - Desculpe-me, então, porque foi uma informação equivocada que eu recebi da minha assessoria. Peço desculpas de público.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JEFERSON FERNANDES - Perfeito. Eu só estou falando das instituições. Que bom que o nosso Ministério Público está aqui! Que bom! E se temos o Judiciário, eu também peço escusas aqui de público. O senhor não me



entenda mal, porque eu faria a crítica ao Ministério Público se porventura isso acontecesse. Eu estranharia inclusive, porque em todas as pautas que nós trabalhamos aqui o Ministério Público tem-se feito presente.

Mas eu quero dizer para os senhores e senhoras que, lamentavelmente, nós não temos tido a busca de autoria da maioria dos homicídios aqui no nosso Estado também. E isso é preciso ser buscado.

Para finalizar, eu quero trazer uns dados aqui para os senhores e senhoras que para mim são reveladores. A Profa. Dra. Luciana Boiteux, da USP de São Paulo, fez uma pesquisa depois da promulgação da Lei de Drogas, em 2006, e traz uns dados que são um paradoxo, já que a maioria dos que morrem são negros. Ela investigou sentenças condenatórias e chegou à seguinte conclusão: 66,4% dos condenados são jovens primários, isso nos foros centrais do Rio e do Distrito Federal; 91% foram presos em flagrante; 60% presos sozinhos, portanto sem associação com o tráfico; e 14% apenas dos presos eram portadores de armas na hora da prisão. Quanto às penas, 58% delas eram de 5 anos ou acima de 5 anos. Então, a pesquisa dessa doutora comprova que efetivamente hoje, além de não haver o desvendamento dos crimes de homicídio, quem está sendo preso, na sua ampla maioria, são os jovens negros de periferia.

Nós queremos acolher aqui a proposta do Deputado Reginaldo de termos efetivamente uma iniciativa parlamentar gaúcha, uma Comissão Especial, enfim, para trabalhar nessa lógica de entender melhor esses números, debatê-los, refletir, principalmente envolvendo a cidadania gaúcha, o nosso povo que sofre com esse drama, para buscarmos soluções. Isso é possível, desde que nós façamos um pacto entre todas as instituições e a sociedade civil organizada, para buscarmos alternativas para esse drama que nós estamos enfrentando.

Sejam bem-vindos! Obrigado por estarem aqui na Assembleia Legislativa.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Vereador Alberto Kopittke.

O SR. ALBERTO KOPITKE - Muito bom dia! Agora temos que seguir na linha do Deputado Luiz Couto. Bom dia! (*Manifestação no plenário: Bom dia!*)



Eu quero agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui ao nosso Deputado Jeferson Fernandes, que faz um trabalho brilhante na Assembleia por um novo modelo de segurança pública, e falar da honra e da alegria de receber aqui na nossa cidade o Deputado Reginaldo Lopes e o Deputado Luiz Couto também. Eu conheço o Deputado Reginaldo já há pelo menos 10 anos. Já estive em Minas algumas vezes. Acho que desde o tempo em que eu trabalhava no Ministério da Educação, o Deputado estava lutando para levar as universidades federais, as escolas técnicas lá para Minas Gerais. Em 2004, 2005, iniciamos o diálogo, e o Deputado — talvez muitos não saibam — foi o grande líder também do Estatuto da Juventude, que colocou a juventude na Constituição brasileira e criou o nosso Estatuto da Juventude Brasileira. Então, enche-nos de esperança de que também agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Alberto, quero só convidar a Deputada Maria do Rosário para compor a Mesa conosco aqui, por favor. Desculpe-me. (*Palmas.*)

O SR. ALBERTO KOPITTKE - Claro! (*Pausa.*) A Deputada Maria é aqui da nossa Casa, nossa grande lutadora pelos direitos humanos, e paga um preço tão alto todos os dias nas redes sociais, enfrentando também essa onda de ódio que o nosso País vive.

Eu vou pedir licença aqui para fazer uns comentários menos como Vereador, mas mais como uma pessoa apaixonada por este tema, saudando todos os movimentos sociais que estão aqui, Deputado Reginaldo, e estão mais do que aqui, estiveram nos últimos dias nas ruas das nossas cidades lutando contra a redução da maioridade penal, fazendo enfrentamento nas ruas de Porto Alegre, ocupando a cidade e procurando disputar essa agenda, que, infelizmente, a grande mídia e alguns setores políticos construíram no nosso País.

Eu quero só fazer alguns comentários técnicos porque milito... Há mais ou menos 10 anos tive a honra de trabalhar no Ministério da Justiça, de coordenar a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, quando nós reunimos 535 mil pessoas para debater um novo modelo de segurança entre 2008 e 2009. No primeiro Governo da Presidenta Dilma, estive por 7 meses na Secretaria Nacional de Segurança Pública, onde propusemos alguns temas que, infelizmente, não foram



adiante, mas a nossa esperança é de que sempre há tempo para se fazer aquilo que se deixou para trás.

O diagnóstico aqui já foi muito benfeito. Eu tenho certeza de que os movimentos vão poder falar muito. O diagnóstico melhor é aquele da vida real, mas hoje o nosso País, segundo o UNICEF, é o sexto lugar mais perigoso do mundo para um adolescente crescer. Nós perdemos praticamente tudo que avançamos nos últimos 20 anos, Jeferson, na redução da mortalidade infantil. Nós estamos perdendo no extermínio da juventude da periferia brasileira. Então, hoje o Brasil é responsável por 12% dos homicídios do mundo, sendo que nós temos 2,4% da população, e por aí vai — são os dados que todos sabem.

Acho que esse é o tema esquecido da redemocratização brasileira. Ali na Constituição os movimentos sociais e populares, as Comunidades Eclesiais de Base foram para a Constituinte e tiveram muito êxito na área da saúde, na área da assistência social, na área da educação, até na área da cultura, e a segurança nós deixamos de lado. Nos movimentos sociais como um todo, por razões compreensíveis, de onde sempre veio a repressão, nós não acumulamos para esse debate. E na Constituinte — eu estava lendo até os Anais da Constituinte —, na Subcomissão de Segurança do Estado, que era o nome da Subcomissão da Constituinte que discutiu segurança pública — era Subcomissão de Defesa do Estado —, falaram oito generais e um coronel de PM. Foi isso que houve de debate na Constituinte de 1988. Só digo isso para nós entendermos por que efetivamente entrou na redemocratização a estrutura autoritária construída, consolidada na ditadura, mas que já vinha sendo construída, como todos sabem, desde os nossos tempos coloniais.

É importante lembrar — quem diz isso é o relatório da Comissão Nacional da Verdade — que quem ensinou muito da prática de tortura para o DOI-CODI foram as polícias, foi a estrutura do DOPS. Então, temos que ter a concepção de que essa estrutura é muito antiga, Maria. Temos séculos para podermos desmontar essas concepções que estão por trás do nosso sistema de segurança e que até hoje, infelizmente, o Estado brasileiro e a sociedade não enfrentaram. E não é por acaso que nós temos os dados que temos.



Nós tivemos 9 anos de uma janela que eu chamo e vou colocar aqui republicanamente, a partir do *Ônibus 174*, por um péssimo motivo. No finalzinho do Governo Fernando Henrique, abre-se uma janela até mais ou menos 2010, onde se tem no País o início da discussão de uma nova concepção de segurança pública, com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Fundo Nacional de Segurança, até chegarmos ao PRONASCI, quando nós tivemos 1,5 bilhão de reais para formação de policiais e prevenção. Infelizmente, o PRONASCI foi encerrado, e nada entrou no lugar dele.

Nós tivemos uma redução de 76% do orçamento em prevenção — eu preciso dizer isso por compromisso ético —, uma redução de 76% da verba em prevenção à violência no País nos últimos 4 anos. Então, temos que ter isso bem claro, porque não adianta ficarmos falando aqui de pactos, de acordos. Nós precisamos de dinheiro e de política pública, concretamente, não de discursos, mas de financiamento para esse novo modelo.

Eu gostaria de deixar aqui, de forma muito sintética, algumas sugestões que nós passamos na construção do programa de governo da Presidenta Dilma e, quem sabe, pela nossa CPI, possam ir adiante. Primeiro: a ideia de que nós precisamos ter um Instituto Nacional de Segurança Pública. Boa parte do que se estruturou no SUS é graças ao DATASUS, que faz a análise dos dados da saúde no Brasil; o SUAS também tem um instituto de análise do desenvolvimento social brasileiro, do Bolsa Família, muito importante; o MEC tem o INEP, que faz o censo da educação. Nós precisamos retirar das mãos das polícias os dados e precisamos nos apropriar, enquanto sociedade, e ter outras carreiras de analistas criminais, sociólogos, com os dados nas mãos, agora que nós já temos o Sistema Nacional de Estatísticas — SINESP, que foi aprovado em 2013, mas ainda não está em funcionamento porque tem que ser colocada por parte do Governo Federal a aplicação de sanções para os Estados que não alimentam o sistema.

Nós precisamos de um sistema nacional de controle externo das polícias. Nós temos aqui a nossa Ouvidoria de Segurança Pública, mas que não tem autonomia, não tem capacidade jurídica para fazer investigações, para entrar nos sistemas de dados das polícias, para, inclusive, fazer grandes relatórios e estudos. E a grande maioria dos países do mundo — cito aqui a Argentina, o Chile, o Uruguai — criaram



as suas ouvidorias nacionais de polícia. Hoje, nem a Polícia Federal, nem a Polícia Rodoviária Federal, muito menos a Força Nacional de Segurança têm uma ouvidoria social controlando a sua atuação. Nós precisamos, através de lei, criar um grande sistema nacional, empoderando o controle externo das nossas polícias.

Nós precisamos também de uma escola nacional de formação de policiais, mas não para aprender a atirar, isso já existe bastante. Eu falava aqui da Força Nacional, Deputado, que foi uma boa ideia criada em 2003, mas que hoje se transformou em um BOPE gigantesco em nível nacional e que consome 80% da verba da Secretaria Nacional de Segurança, que está na mão da Força Nacional, que não tem nenhum tipo de controle externo e se tornou a verdadeira academia nacional de polícia, a Força Nacional, mas no conteúdo BOPE aqui, no que há de pior no País. E nós precisamos de uma escola nacional de formação de gestores das polícias, para poder dar efetivamente um salto por dentro das polícias no paradigma, e uma lei de gestão.

Eu gostaria de mostrar um dado aqui de uma pesquisa que estou concluindo, já que nós não temos quase dados em nível nacional. O TCU fez um estudo, mas incrivelmente o TCU não abriu os dados do estudo que fez ano passado sobre a gestão das polícias no Brasil. Eu nunca vi um estudo do TCU, que não abre os dados. Eu fiz um pedido de acesso à informação, e eles disseram que classificaram essas informações como restritas. Nós só vamos ter acesso daqui a 20 anos a esse estudo do TCU.

Eu vou mostrar um gráfico aqui de quem possui planejamento estratégico. Das Secretarias que responderam, 12 disseram que têm. Que maravilha! Vamos poder controlar o que as Secretarias estão fazendo. E aí, quando perguntamos se esse planejamento está disponível na Internet, a imensa maioria diz que não.

A Secretaria possui protocolos operacionais sobre seus procedimentos? Aqui, 95% das Secretarias de Segurança não disponibilizam na Internet os seus protocolos operacionais. E só para finalizar com isso: o sistema de segurança pública do Brasil é uma caixa-preta. A sociedade não tem acesso a nenhum dado de gestão das Secretarias nem das polícias do Brasil. E isso também nós só vamos abrir através de lei e mudar a composição das nossas polícias.



Hoje, as polícias no Brasil são formadas, em sua maioria, por homens brancos. Nós precisamos de uma lei que insira negros e mulheres nas polícias brasileiras, inclusive pessoas das mais diversas orientações sexuais. Isso também é um tema que nós precisamos enfrentar, porque sem isso também não mudamos a cultura.

Então, eram essas as contribuições que eu gostaria de deixar, Deputado, com a grande esperança de que o senhor possa conduzir os nossos Deputados Federais à verdadeira democratização da segurança pública do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Vereador Alberto Kopittke, pela contribuição.

Quero passar a palavra para a Deputada, nossa militante, companheira de direitos humanos, que tem atuado e nos ajudado muito na CPI, Maria do Rosário, mas, antes, eu quero convidar também para compor a Mesa aqui o Vereador Sidiclei Mancy, o primeiro Vereador negro de Canoas. *(Palmas.)*

Com a palavra a nossa Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Bom dia! Eu quero fazer esta saudação, referindo-me à importância do trabalho realizado por esta CPI, destacando a dedicação do Presidente desta CPI, o Deputado Reginaldo Lopes, que é um Parlamentar com extremo reconhecimento nacional pela sua dedicação aos temas da educação, aos temas da juventude. Foi uma pessoa central para a conquista do Estatuto da Juventude no Brasil, faz o seu mandato vinculado a essas causas e optou por priorizar este tema, esta agenda política, que é a agenda política em curso mais avançada, mais sintonizada com os interesses populares hoje no Congresso Nacional.

Então, quero manifestar o meu agradecimento ao Deputado Reginaldo Lopes por empenhar a sua representatividade, ele que é um campeão de votos e de militância em Minas Gerais, Deputado por Minas Gerais, mas que atua hoje, dedica-se a todo o Brasil.

Agradeço igualmente ao Deputado Luiz Couto, com quem tive a honra de trilhar o Brasil na CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para enfrentamento da violência, e o Deputado Luiz Couto também foi integrante da CPI



do Sistema Carcerário e integra a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Nesta semana mesmo, nós tivemos uma batalha muito forte.

Cumprimento o meu caro Deputado Jeferson Fernandes, a quem abraço e agradeço toda a dedicação à causa dos direitos humanos no Rio Grande do Sul; o nosso Vereador Alberto Kopittke, pela excelência também do seu trabalho e da sua abordagem sobre os temas de direitos humanos e de segurança pública; o nosso querido Vereador de Canoas, que compõe esta Mesa, pessoa em quem acredito, inclusive pelo trabalho realizado, mas também pela identidade que traz a esta Mesa, uma identidade negra fundamental, que não pode faltar. Saúdo V.Exa. por tudo.
(Palmas.)

Eu tenho certeza de que este é o espírito e o sentimento da sua presença nesta mesa, Vereador, porque V.Exa. é um lutador, é um vereador, mas também porque traz consigo o rosto negro. Este rosto é a identidade pela qual estamos lutando aqui para preservar como direito humano essencial. Por isso, faço saudação carinhosa por sua presença e a sua luta.

Eu referi aqui que nesta semana nós tivemos, na Comissão de Constituição e Justiça, um embate sobre trabalho infantil e redução da idade para que as pessoas tirem a carteira de trabalho. Alguém pode dizer que o Brasil está com uma avalanche em que os discursos majoritariamente são produzidos ora no sentido de criminalizar, ora no sentido de negar direitos. Uma perspectiva retrógrada ocupa o Congresso Nacional neste momento, representada em muito, em tudo, pela votação da redução da maioria penal, mas também há uma série de outras medidas como esta, por exemplo, que quer afirmar que nós temos de voltar no tempo e oferecer não a educação como direito, não o lazer, não a possibilidade de integração à juventude brasileira, mas, como prevenção de todos os males, um conceito completamente tortuoso, para os jovens pobres, porque os Deputados que debatem esse tema lá certamente não propõem para os seus próprios filhos que, aos 14 anos, estejam trabalhando numa jornada de trabalho de 8 horas diárias. Eles não propõem isso. Os Parlamentares que defendem essas ideias lá não as defendem para si próprios, para a sua classe, majoritariamente de brancos, oriundos de grupos sociais certamente privilegiados economicamente no Brasil. Não, eles propõem a segmentação, a divisão da sociedade.



Minha querida companheira do CONJUVE, para os negros pobres, para as periferias, a solução que eles estão encontrando ora é a cadeia, a penitenciária, ora é a exploração no mundo do trabalho, que fecha as portas para esses adolescentes de 14 anos, porque eles rompem com essa perspectiva e com tudo que nós construímos também em termos de integração e de apoio ao trabalho adolescente, integrado aos estágios, à educação. Simplesmente dizem: *“Não, entreguem a eles uma carteira de trabalho, porque assim é que vamos salvar essa juventude”*.

Todos os dias, Deputado Luiz Couto, Deputado Reginaldo Lopes, nós estamos no enfrentamento disso. V.Exas. estão trilhando o Brasil. Além dos trabalhos e das audiências de estudo realizadas pela CPI no Congresso Nacional, V.Exas. estão trilhando o Brasil, numa mobilização nacional, que em primeiro lugar estabelece finalmente a capacidade do País de olhar para si próprio e identificar o genocídio que está em curso. Todas as políticas sociais, as políticas de renda ou políticas econômicas produzidas ao longo do último período, mesmo a maior revolução que nós produzimos, que foi o acesso à educação, agora desenhado no Plano Nacional de Educação, com todos os avanços que tivemos, nós não conseguimos produzir de fato uma mudança significativa para uma grande parcela da juventude brasileira, para a maioria da juventude brasileira, e o País continua de olhos fechados para o genocídio da juventude negra brasileira.

A diferença que esta CPI imprime é que ela articula a luta por direitos com o enfrentamento desse estado de coisas com as quais nós não podemos mais conviver. O Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos. O nosso desafio permanece sendo implementá-lo, mas não houve um só dia, nesses 25 anos, em que ele não tenha sido atacado por aqueles que não acreditam na responsabilidade que ali está expressa, e também na Constituição, do Estado, da sociedade e da família, em estruturar um sistema de prioridade absoluta para as crianças e adolescentes brasileiros, sobretudo de uma responsabilidade distinta que deve ser sublinhada com aqueles que são mais vulneráveis: as crianças e adolescentes negros e negras do Brasil. *(Palmas.)*

Eu não quero me estender, mas apenas gostaria de fazer um agradecimento público a esta CPI, porque toda a capacidade de resistência que possamos ter diante da agenda não apenas conservadora, mas retrógrada, imposta pelo



Presidente Eduardo Cunha à Câmara dos Deputados e ao Brasil, tudo o que possamos fazer para resistir, em nome do princípio da democracia e dos direitos humanos, que compõe e estrutura a Constituição de 1988 no Brasil, está aqui simbolizado no rosto negro dessa juventude, que tem os seus direitos violados todos os dias e que conquistou um espaço na Câmara dos Deputados, através do Deputado Reginaldo Lopes, do Deputado Luiz Couto e dos companheiros e companheiras que seguem nessa agenda.

Não tem sido fácil para esses Parlamentares, mesmo no âmbito da CPI, por sermos uma Casa plural, a convivência com aqueles que pensam de maneira diametralmente oposta à posição dos Parlamentares que hoje chegam ao Rio Grande do Sul. Mas o debate e a posição diferente é parte da vida parlamentar. O que não é parte da vida parlamentar é ganharmos uma votação contra a redução da maioria penal num dia, e no outro dia o mesmo projeto ser votado pelo Presidente Eduardo Cunha. *(Palmas.)*

Moralmente — moralmente —, nós vencemos aquela votação. Regimental e constitucionalmente, nós vencemos aquela votação. Pressões de todo tipo foram estruturadas, e não pensem, meus amigos e minhas amigas, que essa pressão recai sobre o que nós representamos no Congresso Nacional, as nossas pautas, a nossa verdade, o que nós acreditamos ser justo. Essa pressão não recai primeiro sobre as nossas pessoas. Os preconceitos ali apresentados, na forma do racismo disfarçado, da homofobia, do machismo, todos esses preconceitos que afloram dos fundamentalismos de todo tipo, no âmbito parlamentar nos dias atuais, recaem não sobre nós que estamos ali dentro no debate mais direto, mas sobre a população brasileira, sobre a grande maioria desse povo, que não pode ser iludido com medidas falsas para resolver problemas graves como o da segurança pública, como se a sua juventude, sobretudo os negros e negras, fosse responsável pela violência que ocorre no Brasil. A violência no Brasil é grave, mas são essas as vítimas que clamam por justiça e por soluções efetivas, como essas que o Vereador Alberto Kopittke aqui apresentou.

Por último, meu querido Deputado Reginaldo Lopes, nesta Comissão V.Exa. trata da educação, trata dos direitos, em todas as áreas, e V.Exa. trata também com o Deputado Luiz Couto da segurança pública. A segurança pública não teve uma



reforma democrática no Brasil. Por isso é que nós ainda temos os autos de resistência; por isso é que nós temos jovens condenados à morte, julgados, presos, torturados e condenados à morte pelas polícias brasileiras. E nisso não há um brado contra as polícias. Ao contrário, há um brado também favorável neste pronunciamento que faço aqui aos bons policiais, àqueles que de forma integrada às suas comunidades e à sociedade sabem que um policial que mata, que um policial que age contrariamente aos direitos humanos, que um policial que se associa ao crime como parte das milícias age contra o próprio colega, age contra a sua própria gente. E é por isso que nós queremos polícias humanizadas, com uma reforma das suas estruturas.

Eu acredito profundamente que esta Comissão pode estabelecer um novo patamar para o Brasil. E acredito, fundamentalmente, porque não é o Deputado Reginaldo falando, não é o Deputado Luiz Couto, mas são vocês, jovens negros e negras das periferias urbanas, que ocupam este espaço, através da voz desses colegas, para dizer o que sentem, como vivem, como o Brasil tem que ser e qual a democracia que nós queremos.

Obrigada, bom trabalho. Estou à disposição para me somar aos meus colegas aqui e a vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário, pela sua participação. V.Exa. também é membro da nossa CPI.

Quero passar a palavra para nosso Vereador Sidiclei Mancy, de Canoas, para fazer uso da palavra.

O SR. SIDICLEI MANCY - Bom dia! Meu nome é Sidiclei Mancy. Bom dia ao Presidente desta Comissão, Deputado Reginaldo Lopes! Em nome dele eu saúdo todos os presentes nesta Mesa. E cumprimento também a Deputada e Ministra Maria do Rosário, sempre Ministra.

Eu sou Vereador de Canoas, primeiro Vereador negro da cidade de Canoas. *(Palmas. Manifestação no plenário: Viva Canoas! Democracia!)*

Desde os 8 anos eu milito no Movimento Negro e chego neste momento a Canoas, uma cidade totalmente alemã, portuguesa, sei lá, onde nenhum negro ocupou uma cadeira na Câmara de Vereadores. Então, faz alguns dias que eu



assumi o mandato, mas em quatro eleições eu fiquei na 1ª Suplência. Só perdi para os Vereadores que já estavam na cadeira, mas tive oportunidade de ocupar aquela cadeira e estou lá concitado como Vereador solitário, único negro na cidade.

No entanto, eu gostaria de provar que eu não estou sozinho. Gostaria de convidar os meus outros companheiros que estão por aqui: Tamborero, Pérola, Adiles, venham para cá! Vamos enegrecer neste momento esta CPI. (*Palmas.*) Nós não viemos aqui falar de números. Nós não viemos falar de números. Gostaria que vocês viessem aqui para trás. Nós viemos falar de ações, e os negros precisam de ações. Os números na comunidade negra aumentam todos os dias, a violência é diária.

Minha amiga Elis Regina, Presidente da UNEGRO, por favor, venha para cá! Pessoal do Movimento que participou das conferências, vamos mostrar... Nosso escritor, por favor, venha para cá também, Oscar, Malu do *hip-hop*, enfim, negrada que está aqui, vamos aparecer e demonstrar que eu não sou um vereador solitário lá de Canoas, que é uma das nossas maiores cidades, onde temos o melhor Prefeito do Brasil, Jairo Jorge. Jairo Jorge é o meu Prefeito.

E eu estou lá, saindo nas mídias como solitário. Eu não estou solitário. Eu tenho por trás todo um trabalho do Movimento Negro, desde 1988, e não é pouca representatividade, é muita luta, gente. Enfrentamos dificuldades com os outros 20 Vereadores, que não entendem a nossa causa, que não sentem na pele o que é o racismo, que não sentem no dia a dia a discriminação.

O colega Fernando, do gabinete do Senador Paim, também está aí, o único negro Senador também de Canoas; o Matos... Enfim, Vereador Kopittke, são colegas lutadores diários ante esses números que crescem diariamente contra a população negra. E hoje nós estamos aqui para tratar da CPI, para criar mais armas, mais defesas em favor da juventude negra.

Eu venho da periferia de Canoas, lá da Vila Cerne. Eu não quero trocar esse nome, que eles querem transformar em Bairro Harmonia. Mas lá é a Vila Cerne, onde tem a nossa escola de samba, onde tem os nossos terreiros, onde tem a nossa negrada, que diariamente sofre com assassinatos, sofre com discriminações e dificuldades de sobrevivência naquele bairro.



Queria dizer que é muito importante a participação atuante do Movimento Negro nesta CPI e que a gente tenha vez e voz realmente, não como tem acontecido já em outras conferências. A gente passa na primeira, segunda, terceira conferência debatendo os mesmos assuntos, as mesmas pautas, e a da primeira conferência ainda não foi resolvida, ainda não solucionada, ainda não foi implementada.

Então, eu quero dizer que sou Vereador, sim, de Canoas, o primeiro Vereador negro de Canoas, mas sou Vereador do Rio Grande do Sul, o negro do Rio Grande do Sul. *(Palmas.)* E gostaria de representar de verdade essa comunidade que realmente precisa de um representante. Eu espero que o meu gabinete, o nosso gabinete seja ocupado, sim, por esses negros competentes, que têm que demonstrar dez vezes a competência para ser atendido, e olhe lá.

Quero deixar à disposição o meu gabinete para que vocês me visitem, me ajudem e me apoiem, porque eu tenho lá o enfrentamento de mais 20 dentro da Câmara dos Vereadores. E vocês imaginem a dificuldade, quando a gente está sozinho — como dizem, eu sou um vereador solitário, o único negro —, para implantar qualquer lei ou qualquer direcionamento para a população negra, principalmente para a juventude negra!

Então, eu quero dizer que o meu gabinete, Deputados, não é solitário, porque ele tem todo esse povo por trás e visa também à diversidade. Gostaria que vocês realmente ocupassem aquela Câmara, junto comigo, porque lá está o principal Prefeito do Estado do Rio Grande do Sul, Jairo Jorge, que todo mundo conhece, sabe quem é e acompanha o trabalho que ele vem desenvolvendo lá. A comunidade negra precisa aparecer lá, e é preciso haver resultados dentro daquela Prefeitura e dentro daquela Câmara de Vereadores. Eu estou lá, a porta sou eu e preciso do Movimento Negro lá comigo.

É isso que eu tenho para dizer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Agradeço ao Vereador Sidiclei e a todos os militantes do Movimento Negro aqui do Rio Grande do Sul e de Canoas pela contribuição.

Vamos desfazer esta Mesa para convidar a próxima. Nós vamos alternar aqui entre a Mesa, o Plenário e as falas. Para quem quiser se manifestar, o Robson já



está colhendo assinaturas para inscrições. Nós vamos desfazer esta Mesa e convidar o Deputado Estadual Jeferson Fernandes aqui para nos ajudar a coordenar os trabalhos.

Convido para tomarem assento à mesa o Sr. César Luís de Araújo, representando o Secretário de Justiça de Direitos Humanos (*palmas*); a Sra. Cíntia Bonder (*palmas*); o Sr. Mauro Luís Silva de Souza, também representando o Dr. Marcelo Lemos Dornelles, que é Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul (*palmas*); a Sra. Elis Regina Gomes de Vargas, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (*palmas*); a Sra. Alessandra Quines Cruz, do Núcleo de Defesa de Direitos Humanos, representando a Defensoria Pública. (*Palmas.*)

O Sr. Gabriel Medina já chegou? O Secretário Nacional de Juventude está a caminho e, daqui a pouco, vai compor a Mesa.

Convido também para tomarem assento à mesa a Sra. Ângela Guimarães, Presidente do Conselho Nacional de Juventude (*palmas*); a Sra. Tatiana Xavier, representando a Anistia Internacional, que vai exibir aqui um filme aqui, de 3 minutos, sobre o extermínio de jovens negros — a Sra. Tatiana Xavier está presente? (*palmas*); o Sr. Antônio Matos, do Movimento Negro Unificado — MNU. (*Palmas.*)

Vamos colocar umas cadeiras aqui e vamos apertar para sentir o calor humano que o Deputado Luiz Couto propôs para todos nós, com essa energia.

Convido também a Sra. Pérola Sampaio, representando o Fórum de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra (*palmas*); a Sra. Malu Vianna, do Fórum Permanente do Hip Hop (*palmas*); e o Sr. Sebastião dos Santos, do Coletivo Enegrecer. (*Palmas.*)

Temos outros convidados, mas, por meio da ata milagrosa aqui que orienta os nossos trabalhos, eu não fui informado se estão presentes. Todavia, se alguém estiver presente e tiver sido convidado para compor a Mesa, ainda que eu não o tenha convidado para tomar assento à mesa... Está presente a Sra. Laura Sito, representando os estudantes. (*Palmas.*)

Mais alguém? Eu peço ao Plenário que me ajude. Se chegar mais alguém, informe à Mesa que nós vamos convidar para fazer uso da palavra.



Nós vamos aqui combinar o seguinte: uma intervenção da Mesa e uma intervenção do Plenário. Nós temos uma diligência no Bairro Restinga às 14 horas. Então, nós temos aí até às 13h30min, mais? É mais uma hora? Então, nós temos duas horas e meia. Vamos ter que sair daqui às 12h30min ou às 13 horas. Vamos combinar com a Mesa e com o Plenário de utilizar 3 a 5 minutos para sermos objetivos, porque, senão, não vamos conseguir cumprir esta primeira etapa.

O SR. JUAREZ NEGRÃO - Quero participar dessa Mesa, pois eu recebi uma medalha desta Casa justamente pela campanha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Sa. já está inscrito, vai ser o primeiro a falar do plenário. Por favor, componha a Mesa conosco aqui. (*Palmas.*) Esta audiência é da sociedade. Nós estamos aqui para ouvi-los.

Passo a palavra, por questão de agenda, para o Sr. Mauro Luís Silva de Souza, representando o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

O SR. MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA - Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Lopes, Sr. Presidente da CPI, em nome de quem saúdo todos os integrantes desta Mesa, senhoras e senhores do plenário, para nós do Ministério Público é sempre muito importante participar de momentos como este em que o Procurador-Geral, Dr. Marcelo Lemos Dornelles, faz questão de ter a nossa instituição integrada com as comunidades, especialmente nessas questões de direitos humanos, que são as questões mais importantes.

Eu vou alternar aqui entre o cidadão e o promotor de justiça, numa confusão que se faz em relação à minha pessoa, até em razão da minha origem e de tudo que vivi nesses anos em termos de pessoa e de Ministério Público.

Eu tenho um amigo, um conhecido aqui, que é professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que certa vez me disse: "*Olhe, Mauro, existem três tipos de mentiras: as pequenas, as grandes e as estatísticas*". Então, nós temos números para praticamente tudo; nós temos números que demonstram realidades que são impressionantemente avassaladoras; são números que nos assustam, mas são números que não nos comovem. Estatística é um negócio muito complicado, se não soubermos fazer a devida leitura.



Em 2008, foi publicada uma pesquisa que foi feita em nossa FASE — Fundação de Assistência Socioeducativa do Rio Grande do Sul, onde se constatou que o interno da FASE, aquele menino que está a cumprir medida socioeducativa por ter cometido algum crime, tinha 17 anos, era branco e não conheceu o pai. Então, se nós olharmos esse número rapidamente, o que percebemos? Opa, mas não são os negros que estão na nossa FASE? Sim; os negros não estão na nossa FASE porque são as vítimas da violência, não os autores desta mesma violência.

Por que eu digo que esses números nos assustam, mas não nos comovem — e é por isso que o Ministério Público, especialmente nos últimos anos, tem trabalhado muito e meio contra tudo e todos, meio sozinho? Porque nós temos, reiteradas vezes, visto ações nossas judiciais de proteção social serem indeferidas nos Tribunais Superiores do nosso País, como, recentemente, tivemos as ações por mais verbas na saúde, por exemplo, indeferidas no Supremo Tribunal Federal. Por quê?

Por que esses números nos assustam, mas não nos comovem? Porque, quando sairmos dessa sala aqui, daqui a pouco, daqui a algumas horas, vamos continuar trabalhando, todos nós, como vínhamos trabalhando anteriormente. Nós colocamos isso nas leis, obtemos o consenso... Aliás, Norberto Bobbio, que é um jusfilósofo italiano, dizia exatamente isto: é muito fácil obtermos o consenso para fazer as leis, para inserir os direitos nas leis, mas nunca conseguimos o consenso para tirar esses direitos para os orçamentos.

É assim que tem acontecido reiteradas vezes nos orçamentos aqui do Rio Grande do Sul e do País como um todo: as verbas para saúde, habitação, moradia, segurança e trabalho continuam sendo sempre as mesmas, minguadas, que concorrem — e, às vezes, são menores até — com as verbas para a publicidade institucional. O orçamento do Rio Grande do Sul na área da saúde...

Quando se fala em segurança pública, achamos que se faz segurança pública com policial, arma e viatura. Nem presídio precisa para a segurança pública, porque nós não temos presídios aqui no Estado que garantam a dignidade da pessoa e, especialmente, uma perspectiva de recuperação para aqueles que estão lá, internos.

O orçamento continua o mesmo. Desde 2005, existem ações do Ministério Público contra o orçamento do Rio Grande do Sul porque o Governo não aplica as



verbas mínimas na saúde. A gente pensa que os Municípios fazem segurança criando guardas municipais, e nós não temos nos nossos Municípios, nas nossas periferias...

Por exemplo, há uma dificuldade muito grande de o Secretário de Saúde do Município colocar médicos e enfermeiros no bairro que será visitado por esta CPI. Quer dizer, nós não conseguimos levar serviços públicos e estruturas públicas de proteção social aos mais necessitados por absoluta falta de orçamento. E os orçamentos públicos, no País inteiro, continuam sendo votados e aprovados sem maiores discussões.

Então, que esta CPI, além de revelar tudo isso que ela tem a grandeza de nos revelar, que é o mapa da violência institucional no País — a violência institucional é exatamente a violência dos quatro Ps; quem estuda um pouco essa questão sabe o que estou dizendo, a violência dos quatro Ps —, também leve aos nossos Legislativos, aos nossos Parlamentos e aos nossos Executivos a intenção de tirar das leis, colocar nos orçamentos e executar esses orçamentos com verbas suficientes para a proteção social neste País.

O Ministério Público estará sempre ao lado desses que lutam pela dignidade das pessoas, pela dignidade da cidadania neste Estado e neste País. Sem dúvida, o Ministério Público será o órgão de endereçamento das conclusões desta CPI.

Estamos à disposição nos nossos cinco endereços aqui em Porto Alegre, ali nas Torres, como são conhecidas; na Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80; na Promotoria Especializada de Direitos Humanos; na Santana, 440, e nos fóruns regionais, espalhados pelos bairros da nossa cidade.

Muito obrigado. Desejo que tenhamos todos um excelente trabalho e que haja melhoras para a nossa cidadania, especialmente para os que mais precisam. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vou convidar, para compor a Mesa, o Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Vou passar para a inscrição do plenário. Concedo a palavra por 3 minutos a Adriano da Silva Cordeiro, da Escola Porto Alegre — na verdade, era a vez do Juarez Negrão, mas, como ele está compondo a Mesa, vai falar depois. *(Pausa.)*



O SR. ALEXANDRE ESTEFANO MELLO DA SILVA - Olá, pessoal! Tudo bom? Meu nome é Alexandre. O meu colega não está aqui, ele foi ao banheiro.

Hoje é o dia contra a violência, não é? A violência faz parte da minha vida desde quando eu tinha 5 ou 6 anos de idade. Eu lembro, mas eu vou só fazer um resumo do que aconteceu na minha vida. Eu vou ser rápido, porque ele me deu só 3 minutos.

Foi muito violento, na época. Eu lembro. Eu era uma criança, não era um adulto. Quem está falando aqui agora é um adulto, mas, na época em que isso aconteceu comigo, com 5 anos de idade, foi violência sobre uma criança, então...

Hoje quem está falando aqui é o Alexandre. Fui crescendo, fui crescendo, cresci, fiquei adulto, formei família. Vim para Porto Alegre com 18 anos. Casei aqui, trabalhei aqui, mas, devido aos problemas todos que acontecem com o ser humano, com todos, eu me envolvi com drogas. Então, eu me tornei um dependente químico. Hoje, eu estou lutando para não ser mais um dependente químico.

Eu sou semianalfabeto. Para mim, semianalfabeto é aquela pessoa que sabe um pouquinho de cada coisa. Eu não sou analfabeto total. O analfabeto não sabe ler. Eu sei ler. Então, como eu procurei deixar de usar droga, eu achei essa escola. O nome dela...

Professora, me ajuda com o nome da escola.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXANDRE ESTEFANO MELLO DA SILVA - Então, eu me senti muito bem ali. Eu estou aprendendo. Já faz uma semana que eu estou ali. Eu estou aprendendo muita coisa ali.

Eu decidi largar a droga também porque eu fui trabalhar numa empresa que me pediu um currículo escolar, e eu não tinha para apresentar. Então, para ter o currículo, eu tenho que parar com as drogas. Estou estudando.

Estou meio nervoso, porque a gente fica. Eu nunca falei com ninguém. Então, é a primeira vez que eu estou falando com um monte de gente me olhando.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Fique tranquilo.

O SR. ALEXANDRE ESTEFANO MELLO DA SILVA - Dá um nervosismo na gente. A gente tem tanta coisa para falar!



Eu quero dar um basta na violência. Eu queria fazer isso, mas eu não consigo sozinho. Então, se juntar todo mundo, o mínimo que a gente faz já é o suficiente. Então, eu só queria dizer assim para vocês... *(O orador se emociona.)* Eu me emocionei agora. Estou emocionado.

Eu queria que essa escola não fechasse. Se alguém tem uma autoridade assim que possa fazer alguma coisa para essa escola não fechar, porque agora eu consegui um currículo escolar. Estou aprendendo a ler. Eu nunca consegui mexer nem no computador. Eu botei o dedo num negócio de uma flechinha, numa seta, um *mouse*, e fiquei admirado com aquilo, entendeu? Então, para uns, aquilo ali é de olho fechado. Eu consegui só manusear uma flechinha ali e fiquei...

Aos interessados nessa escola, eu queria fazer um apelo: não deixem essa escola fechar. Eu só quero um currículo para apresentar às empresas que estão pedindo, exigindo. *(Palmas.)*

Eu vim aqui com bastantes coisas bonitas para falar, mas eu fiquei apavorado. É muita gente me olhando. Numa próxima eu vou falar melhor. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vou passar a palavra para a Cíntia Bonder, que está representando aqui o Secretário de Justiça e Direitos Humanos.

A SRA. CINTIA BONDER - Bom dia a todos e todas. Em nome do Deputado Reginaldo Lopes, eu quero cumprimentar a Mesa, todas as autoridades e o público aqui presente.

Eu quero, em primeiro lugar, louvar esta iniciativa, esta CPI, que é tão importante para todo o País. Realmente, esse genocídio, como a Deputada falou, nós temos que, de alguma forma, enfrentar e dar um basta. Essa é uma questão que nos chama muito atenção; é uma das prioridades da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Nós estamos, embora há poucos meses...

A questão da violência, não só em relação ao jovem, mas na sociedade, é uma coisa absurda. E, mais diretamente em relação aos jovens negros, nós estamos começando a fazer alguns esforços no enfrentamento dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou pedir um pouco mais de silêncio no plenário para garantir a fala da nossa convidada e também, depois, garantir a fala de todos do plenário.



A SRA. CÍNTIA BONDER - Bom, então, em primeiro lugar, nós estamos trabalhando fortemente junto à SEPPIR, com iniciativas de fortalecer o sistema, o SINAPIR, que hoje, no Estado, está em apenas dois Municípios e nós queremos ampliar para dez até o final deste ano. Queremos fortalecer também abrindo conselhos e toda a estrutura que pudermos alcançar aos Municípios que a gente elencou, junto com a SEPPIR, que seriam os prioritários.

Outro projeto muito importante que nós também estamos começando agora a implantar é um projeto com financiamento do BID, que é exclusivamente para o enfrentamento da questão da violência contra o jovem e contra o jovem negro.

Tem quatro eixos esse projeto. O primeiro seria a redução da evasão escolar... Porque a gente sabe que, quanto menor o acesso à escola dos jovens, das crianças que têm direito à escolarização e dos jovens, a questão do trabalho de qualidade, maior é a incidência da violência (*sic*). Então, desses eixos, o primeiro é a redução da evasão escolar; o segundo é a modernização da FASE; o terceiro é a capacitação das polícias e a modernização também, o que já foi falado aqui; e o último eixo seria a construção de três casas da FASE e seis centros de juventude nos Municípios de Porto Alegre, Viamão e Alvorada.

Então, esse é um projeto estratégico, inclusive, do Governo do Estado, no qual, além de todas as outras ações que pretendemos imprimir nessa área, nós estamos começando a implementar.

E nós queremos também dizer que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos está aberta. Nós estamos trabalhando juntamente, tanto com o CONJUVE quanto com o conselho negro, com o Conselho do Povo de Terreiro; nós estamos abertos para ouvir a sociedade como um todo no aperfeiçoamento cada vez maior das nossas políticas.

Então, em rápidas palavras, isso é o que eu gostaria de deixar aqui, em nome do nosso Secretário César Faccioli, que, infelizmente, não pôde estar presente hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Cíntia, pela contribuição.

Vou passar a palavra para o Juarez Negrão, representando a Escola Porto Alegre.



O SR. JUAREZ NEGRÃO - Bom dia. Eu não costumo falar publicamente, mas devido à gravidade dos problemas do País, eu acho que é pertinente, sim, aproveitar que há segmentos importantes do movimento negro aqui.

Cresci brigando politicamente com todo mundo aqui, todo mundo sabe. Acho que o movimento negro não tem que recuar da sua pauta de crítica à democracia racial. Isso aqui que eles estão fazendo hoje a gente reivindicou dez anos atrás. Eles vêm aparecer hoje, depois que mataram quase 300 mil pessoas no País da nossa raça. Então, é uma pauta que a gente vem construindo ao longo do tempo.

A gente tem que pautar, sim, cotas agora na reforma política lá. Os caras estão fazendo o que querem lá. Os caras estão roubando, vêm roubando durante o tempo lá. (*Palmas.*) Isso aqui a gente fez aqui de forma autônoma. O movimento negro requisita do Poder Público a investigação dos assassinatos de jovens negros no Brasil há muito tempo, e só agora, porque há interesse, porque viram que a comunidade negra está organizada no Brasil...

Vocês veem aí. Acho que é um fracasso institucional de vocês, o oportunismo político de vocês, e o que nos interessa agora é estar no local de vocês; não escutando a nossa fala advinda de vocês.

Então, por favor, eu venho aqui fazer esta reclamatória mais ao movimento negro, porque esse, sim, é o movimento de luta. A Rosário sabe da minha luta; cresci brigando dentro do PT com ela. O Manoel, a galera toda aí... Agora, o movimento negro está sendo decepcionante. Estou vendo os caras aí jogar o processo histórico do negro do País no lixo, uma reforma política que não tem uma linha do movimento negro. O movimento negro se institucionalizou, se apelegou, se calou e agora está assistindo aí esses caras fazerem o que querem nessa palhaçada lá.

O problema do Brasil não é problema de dinheiro; é problema de administração pública. Não dão espaço para o movimento negro. O movimento vem aqui tirar fotos com vocês, depois vocês voltam para lá, não dão infraestrutura para o movimento negro trabalhar. Estão trabalhando muito mal.

Quando a gente chamou essa luta aí, estavam morrendo quase 100 mil jovens negros por ano no País, contando com os desaparecidos. Isso é um problema crônico nosso. A gente não pode recuar agora.



Estão lá discutindo reforma política num país que teve 400 anos de escravidão e não tem uma linha do movimento negro? Ah, por favor! Vamos para cima deles, pô! Nós queremos nosso espaço. Nós queremos produzir política para ter uma sociedade melhor.

Agora, por favor, a gente vem criticando o Senado, a Câmara, a Assembleia aqui há muito tempo, e agora, porque há uma crise política lá, criou-se essa questão aí? Não, acho que não. O movimento negro, e eu faço a sugestão aqui, nós temos pensadores suficientes a nível de Brasil para construir uma tese que, de fato, vá mudar.

Então, não tem que recuar na pauta. Acho que o movimento negro tem recuado na pauta, não tem ido para cima das instituições brasileiras lá. Nós temos que estar presentes, sim, nessa questão da reforma política, porque a gente pensa em matéria (*ininteligível*) não é isso aí, ou ao menos a gente ficou mentindo para nós mesmos durante muito tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A próxima oradora é Elis Regina Gomes de Vargas, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul.

A SRA. ELIS REGINA GOMES DE VARGAS - Bom dia a todos e a todas; bom dia à Mesa, aos Parlamenetares.

Este é um assunto que a gente está debatendo há muito tempo no movimento negro, não é? Eu lembro que a minha entidade, meu Deus, há uns 6 anos ou mais, 10 anos, discutia “não matem nossas crianças”, não é? E nós discutíamos isso porque o movimento que vive a realidade, que está na vida, que está nas comunidades, já está sentindo isso há muito tempo.

A questão é que essa normalização, como o nosso Deputado colocou, que ficou normal morrer jovem negro, que é o culpado, que é o estereótipo, que tem a culpa... Quando se faz um curso de vigilância, a gente sabe, como se identifica o suspeito? O suspeito tem cor, o suspeito tem idade, e é, infelizmente, a nossa juventude negra.

Nós nos acostumamos com essa naturalização das coisas neste País. Nós naturalizamos hoje, numa mesa de abertura, em que discutiríamos extermínio da juventude negra, branca e masculina... E aí nós achamos “não, isso é normal; é



porque, na realidade, os Deputados são homens e são brancos”, não é, Maria do Rosário? Então, essa coisa da naturalização neste País do que não é normal é que vem nos trazendo para este caos; para este caos que é uma guerra.

Eu lembro que há um tempo nós discutíamos, na questão da juventude, que a gente não ia dar o peixe, a gente ia ensinar a pescar. Só que nós chegamos a um ponto... Quem tem fome não tem tempo de pescar e vai comer a isca. Chegamos a um tempo em que o povo está comendo o anzol, já não é mais a isca.

Então, nós precisamos, efetivamente, de políticas públicas, de políticas públicas inclusivas; de uma educação que seja inclusiva, que contemple as necessidades da nossa juventude. A juventude é alegre. Ela quer fazer festa, ela quer se divertir, ela quer se vestir bem, como todo mundo, como a juventude não negra. Só que nós não temos políticas públicas que incluam a nossa juventude, não temos segurança nas periferias, nas comunidades. A segurança que se tem na comunidade, hoje, reprime. Nós temos os autos de resistência, que estamos denunciando há muito tempo. Matar jovem negro... Esse extermínio já está vindo há muito tempo.

Então, o que eu penso é que nós temos que parar realmente. Acho que esta CPI é bem interessante. Para nós, não é novidade, Deputado. Nós vivemos isso há muitos anos, há muito tempo, e denunciemos há muito tempo. Não acho que o movimento negro não esteja nessa luta. Quem está aqui sabe disso e quem me conhece também sabe disso, mas, enfim, eu queria colocar isso. Espero realmente que esta CPI chegue a algum lugar, de fato.

Aqui, no Rio Grande do Sul, no ano passado, foi assinado o Pacto Estadual pelo Fim do Racismo Institucional. Nós, enquanto Conselho, solicitamos ao nosso Coordenador da Igualdade Étnica e Racial do Estado que fizesse a mediação para que o atual Governador assinasse esse Pacto, e estamos esperando essa resposta. Achamos que é alguma coisa que o Governo do Estado pode fazer de forma objetiva.

Enfim, a luta continua. Acho que as intenções são boas, mas está na hora de sermos mais incisivos e mais objetivos nessas questões.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.



A próxima oradora é a Fernanda Bassani, doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A SRA. FERNANDA BASSANI - Bom dia a todas e a todos.

Eu sou psicóloga; sou do sistema penitenciário; trabalho na segurança pública. Por conta desse trabalho no sistema penitenciário, eu fui sendo levada para o envolvimento com o movimento negro, sobretudo com a juventude negra, que, infelizmente, é quem mais compõe as cadeias aqui do Rio Grande do Sul — não em termos absolutos, mas em termos proporcionais.

Atualmente, estou pesquisando — a minha tese de doutorado é sobre isso, mas o que eu tenho a falar é muito menos importante e muito menos significativo do que pode dizer uma pessoa que vivencia a situação de repressão, a situação de violência e o risco de homicídio todos os dias. Então, eu vou abrir mão da minha fala e vou passar a palavra para o meu amigo aqui, que vai mandar um *rap* maravilhoso. Eu acho que o *rap* dele vai passar uma mensagem muito mais impactante do que a minha fala acadêmica. (*Palmas.*)

O SR. ADRIANO DA SILVA CORDEIRO - É isso aí, rapaziada. Eu sou o Adriano e moro na rua há 37 anos. Então, eu estou representando a minha Escola Porto Alegre, a EPA, que abriu espaço para mim, porque eu pensei que nunca mais fosse estudar. (*Palmas.*) Até hoje, as músicas que eu escrevo é porque eu parei na 3ª série, entendeu? Mas Deus me deu outra vida e hoje eu voltei a caminhar. Então, eu vim aqui para mostrar o meu trabalho. É pela minha consciência negra que eu faço, pelo meu povo e a minha família de rua, os que estão juntos comigo e os que estão me vendo. (*Palmas.*)

Pretos, em grades de ilusão

Onde as penas que cumprimos

É a pura escravidão

Escravidão é encoberta

É mascarada

Em cima de pessoas que nunca tiveram nada

Todo brasileiro tem anseio de um dia

Ter um carro, casa própria

Um pouco de alegria,



*Não passa de um sonho
Que não se realiza
A tal de previdência
não nos (ininteligível)
Trabalham, trabalham
Dão um duro, dão um duro
Dão um duro, se tornam aposentados
Uns recebem muito pouco
Os outros são enganados
E ninguém nada vê
Fingem esconder
A (ininteligível) empresários e banqueiros
E eles metem a mão no nosso mísero dinheiro
Ladrão rouba ladrão
Cidadão é assaltado
Enquanto colarinho branco dá um golpe no Estado
E só assim então
Ficaremos numa boa
E ninguém vai ter discriminados à toa.
Reclamamos da vida
Trabalhamos em vão
Esperamos um auxílio do Governo da Nação
E a corrupção que domina sua mente
Consideram (ininteligível) focos de delinquentes
Acredito no povo
E nos seus ideais
Eles (ininteligível)
Pois se julgam os tais
Mas um dia isso
Vai ter um fim. (Palmas prolongadas.)
E mostrar para todos
Que (ininteligível) estou feliz*



*Fazemos dessa vida
O que você sempre quis
Criticamos o errado
É, é assim mesmo
Não vamos ficar quietos
Vamos reivindicar
Que eu ouvi e vi
Promessa na tevê
Que tudo ia mudar
Melhorar com
Novos governos, planos e medidas
E continua a miséria e essa porra dessa vida
Menos do que dom,
Tentam relatar
A realidade de ontem e de hoje
Mas nós vamos querer
Mostrar pra vocês
O que o amanhã
Vai nos oferecer
O que vamos fazer
Para mudar
Será então que podemos esperar
Alguém que seja competente
Pra acabar com tudo
E também pra acabar
Com esse (ininteligível)
Onde há racismo, ambição, egoísmo
E nós temos que acabar
Terminar com tudo isso
E tudo isso, e tudo isso
E tudo isso
Colarinho branco, colarinho branco*



Colarinho branco, colarinho branco. (Palmas.)

Aí, gurizada! Sou o MC (*ininteligível*) Porto Alegre, mostrando pra vocês. (*Palmas prolongadas.*)

A SRA. FERNANDA BASSANI - Muito bem! Parabéns!

A SRA. VANESSA GOBBATO - Querem fechar Escola Porto Alegre para jovem negro que está querendo lutar pela sua cidadania! (*Palmas.*)

A SRA. FERNANDA BASSANI - Eu só queria deixar uma mensagem, que eu aprendi com Michel Foucault, o filósofo que orienta a minha pesquisa, ilumina as minhas ideias, abre a minha tese. Ele fala da indignidade de falar pelos outros. Falar pelos outros é indigno.

Eu nunca fui colocada no paredão por um brigadiano ao sair de casa. Quando saio de casa, eu não tenho que me preocupar se estou com a identidade na bolsa ou não. Eu sei que corro um risco muito pequeno de ir para a cadeia.

Então, essa temática, esse problema é um problema deles. Eu não posso falar sobre esse problema com a autoridade necessária. É indigno eu falar sobre o problema deles. Eu tenho que pedir autorização a eles. (*Palmas.*) O primeiro a falar é eles. Eu falo em segundo lugar sempre. Essa é a grande questão que eu aprendi com Foucault e deixo aqui para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bem.

Com a palavra Pérola Sampaio, representante do Fórum de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra.

A SRA. PÉROLA SAMPAIO - Bom dia a todos e a todas.

Peço licença, pela Sandrali, aos mais velhos que nos representam aqui; por toda a grandeza da nossa africanidade, peço licença para que possa falar sobre as nossas questões. Que os nossos trabalhos possam ser guiados e iluminados pelo axé da nossa cultura africana neste momento!

Quero saudar a Mesa através do Deputado Reginaldo Lopes. É um prazer te ver aqui! Nós nos vimos na Conferência de Juventude em 2006, já faz um tempo. Quero também parabenizar pela iniciativa o Deputado Jeferson Fernandes, o protagonista para que este debate estivesse acontecendo hoje nesta Casa.

Este é um tema que nos corrói e que está latente na sociedade. Muitos Parlamentares não querem enfrentar este debate. Então, eu quero te parabenizar,



Deputado Jeferson Fernandes, por ter tomado para si e socializado com a sociedade gaúcha um tema tão importante que vem ocorrendo na nossa sociedade.

Quero colocar aqui também que nós estamos vivendo um momento ímpar e importante na sociedade brasileira, que é enfrentar o racismo institucional, esse racismo que está em todas as partes; que tem impedido que a Lei nº 10.139, a lei que institui a verdadeira história da África e a valorização da cultura afro-brasileira, esteja presente nos currículos escolares — ouvimos vários depoimentos aqui. Ficou nítida a importância da nossa cultura nos currículos escolares, não somente no ensino médio e fundamental, mas também no ensino superior, nas universidades, em todas as áreas do conhecimento e do saber.

Queremos também falar aqui da importância para o nosso Estado protagonizamos esse processo, o ENJUNE-RS. O Encontro Nacional de Juventude Negra foi realizado no Rio Grande do Sul em junho de 2007. Vários aqui estiveram na direção daquele encontro. Posso citar o Josué, o companheiro Tamborero, que está ali atrás — levante a mão, Tamborero! —, um gestor jovem, negro, (*palmas*) da Coordenadoria do Povo Negro em Novo Hamburgo, uma cidade alemã e italiana, mas ele vem de lá, através do *rap*, enfrentando isso e agora está na universidade também fazendo Serviço Social. Então, no ENJUNE, nós estabelecemos que uma das pautas prioritárias seria o combate ao genocídio — não é, companheiro Gleidson, nosso advogado negro, lá atrás —, esse extermínio que estava acontecendo em nossa sociedade.

Os dados não enganam. Eles estão aí e mostram que os nossos jovens negros, de 15 a 29 anos, em especial os do sexo masculino, estão sendo exterminados, e por uma bala que não perdida, mas direcionada. Ela direciona por uma cor, por uma faixa etária e por um gênero. Os nossos jovens que estão morrendo, e nós, mulheres, acabamos sendo as mais angustiadas e vitimadas com isso, porque são os nossos filhos, os nossos netos, os nossos bisnetos que estão morrendo. São as mulheres negras que têm que levar essa tristeza no seu coração, na sua vida, no seu dia a dia, e é por isso que estamos aqui.

Queremos colocar também a importância de enfrentarmos a mídia, porque ela tem inviabilizado a nossa imagem; tem estereotipado a imagem do jovem negro e da



mulher negra. A forma como nós aparecemos nas programações, nas telenovelas não contempla o que realmente nós somos e o que estamos buscando.

As ações afirmativas são pontos importantes, porque através das quotas, das ações afirmativas, nas universidades... E aqui, no Rio Grande do Sul, nós lutamos muito para que houvesse as quotas na URGs. Agora, estamos enegrecendo essa universidade com a nossa cor, com o nosso tom e com todo o nosso saber negro no que diz respeito a construir as ciências nos seus mais diversos campos e segmentos do saber.

Além disso, há o enfrentamento das políticas de drogas, como um amadurecimento e um avanço da nossa sociedade. Este é um tema sobre o qual não podemos ficar à parte. Nós temos que debatê-lo, amadurecê-lo e enfrentá-lo, porque ele é importante e porque quem enriquece hoje neste País são os traficantes. Os aviõezinhos do tráfico são os nossos jovens, os nossos adolescentes que estão morrendo a cada dia e a cada ano.

As oportunidades aos nossos jovens também são muitos escassas. Temos que construir mais escolas e destruir presídios. No lugar dos presídios, construir mais escolas. Não precisamos de redução. Redução da maioria penal, entendemos, como movimento social — e aqui represento o Fórum Estadual de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude —, que não é a solução. A solução está em construirmos o saber, construirmos a educação para esses jovens que estão morrendo.

Queremos concluir nossa fala dizendo que, enquanto existir jovens negros, mulheres e homens que sejam exterminados, que sejam vítimas da bala perdida constante e também dessa bala que se dá muito pela oportunidade de nós não termos acesso ao ir e vir; não termos acesso, muitas vezes, de conquistar espaços nessa sociedade, é porque a nossa luta ainda não começou.

Então, temos muito o que fazer, rumo à luta e rumo ao combate ao extermínio dessa juventude negra que está aí.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Pérola Sampaio, pela ajuda e contribuição, em especial à nossa ida ao bairro Restinga.

Passo a palavra à Defensora Alessandra Quines Cruz, da Defensoria Pública.



A SRA. ALESSANDRA QUINES CRUZ - Bom dia.

Eu gostaria de fazer uma fala aqui rápida, e, até pelo adiantado da hora, pedi que fosse um pouco antes das demais, para falar um pouco da estrutura da Defensoria aqui, no Rio Grande do Sul, e inclusive para determinar como essa instituição tem como apoiar determinadas causas.

É uma pena que o pessoal da EPA tenha saído agora, porque eu ia comentar com eles justamente o andamento de uma ação civil pública, que nós ajuizamos, ainda em fevereiro deste ano, com o intuito de evitar, de impedir o fechamento da escola.

Para quem não sabe, o histórico do pessoal que esteve aqui, a Escola Porto Alegre tem uma metodologia diferenciada. Ela é direcionada justamente à população em situação de rua, pessoas com dificuldade de aprendizado, entre algumas deficiências, e, geralmente, um público muito jovem.

O que acontece é que a Prefeitura de Porto Alegre, ano passado, anunciou o fechamento dessa escola para construir no lugar uma escola de educação infantil. Percebendo, então, a vulnerabilidade em que se encontravam, dentre tantas vulnerabilidades, os alunos dessa escola — a população em situação de rua, os adolescentes, a população negra —, nós ajuizamos essa ação civil pública, que obteve uma decisão favorável. Hoje, o Judiciário impediu o Estado, determinou judicialmente que a escola não fosse fechada.

Acho que esse é um bom exemplo de como uma instituição como a Defensoria, em especial o Núcleo que represento aqui, o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, pode intervir efetivamente em alguns momentos, em algumas discriminações que acontecem, em alguns atos que representam violência estatal.

No Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria, que fica ali no centro, na Caldas Júnior, há um núcleo especializado em combater justamente a violência estatal, como nós denominamos esse tipo de violência — a violência contra a população negra, a violência no sistema prisional — e nós já tivemos sucesso em muitas intervenções, e intervenções não são só ingressar com ação, com processo judicial.

Então, eu gostaria de deixar à disposição a instituição aqui para a causa e dizer que nós contamos ali também, Deputados, com números sobre essa violência,



sobre essas pessoas que são usuários do Centro. Como nós trabalhamos com violência policial — é um dos temas —, nós temos dados sobre quem são as vítimas dessa violência.

Os defensores públicos dentro do sistema de Justiça... Na verdade, o Deputado Jefferson Fernandes não errou ao dizer ali... O Judiciário não está aqui hoje. Eu gostaria muito que ele estivesse aqui para escutar isso, porque a Defensoria é única instituição dentro do sistema de Justiça que está do lado da pessoa quando ela chega ali na situação de violência. O Judiciário vai tomar conta, vai se dar conta, e talvez mude com a audiência de custódia, de uma pessoa que sofre violência policial lá no meio do processo. Aquela pessoa não é uma pessoa; é um papel, é foto, é... Para o Ministério Público, é um acusado de algum crime, e, para nós, é uma vítima de violência.

Na verdade, nós há, sim, uma ausência das instituições aqui hoje, em que pese ter havido uma fala do Ministério Público, que também acho que não se encontra mais presente — eu gostaria até de ter respondido algumas situações.

Fico, mais uma vez, à disposição de todos, e deixo à disposição o Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria. Agradeço pelo tempo que me foi concedido.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passo a palavra ao Giovanni Talavera, representante do Grupo Multiétnico e do Sindicato dos Servidores Federais.

O SR. GIOVANNI NUNES TALAVERA - Bom dia a todas e todos!

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa e o Plenário.

Estou fazendo uso da palavra para dizer que o momento é agora, o momento é este. A maioria de vocês está sabendo que o Brasil reconheceu que há um genocídio contra a juventude negra, assinou. E o que nós vimos depois disso? Nós vimos que foi reativada a PEC 171, a que reduz a maioridade penal.

Eu assisti os 2 dias de sessão, até de madrugada. A Deputada Maria do Rosário e o Deputado Paulo Pimenta estavam lá. Dentre outros, escutei o Deputado Paulo Maluf — se eu estiver errado, por favor, o senhor me corrija — fazer a seguinte afirmação: *“direitos humanos é para os humanos direitos; tem que chamar*



a ROTA e botar essa gente no camburão.” Da primeira vez, eu dei risada, mas depois, fazendo uma reflexão, isso é muito sério. Quando um homem desses, que é procurado pela INTERPOL, proibido de sair do País, que tem dinheiro em todo o canto do mundo, faz essa afirmação, ele está dando uma carta branca, como representante do povo, para assassinar a nossa população.

Os nossos políticos, que foram eleitos, que são os nossos representantes, têm que usar todos os foros, inclusive este aqui. Nós temos que estar unidos também para impedir esse tipo de coisa. Então, este é o foro, e esse movimento tem que estar unido e tem que enxergar esse tipo de coisa que está acontecendo.

Por fim, eu gostaria de dizer que nós temos que fazer ações, como Oscar Henrique faz. Ele é o patrono da Feira do Livro da cidade de Nova Santa Rita, em 13, 14 e 15 de agosto, que vai acontecer no bairro Berto Círio, onde a população é eminentemente negra, e o tema é cultura afro-brasileira. E é apenas o patrono: ele está indo às escolas, interagindo com os adolescentes, incentivando a leitura.

Como bem fala a nossa companheira coordenadora, que é de Canoas, a Adiles, eu quero deixar um recado: a educação transforma, transforma sim. Todos juntos vamos ter que trabalhar e também fazer uma educação transformadora.

É isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Giovanni.

Quero dizer que, no relatório preliminar, a CPI reconheceu a existência de genocídio, conceitualizando o genocídio também do ponto de vista simbólico, na ausência das políticas públicas, e somadas a ela, evidentemente, as taxas estarrecedoras de morte física de 80% de nossos jovens negros.

Quero convidar o Sr. Gabriel Medina, Secretário Nacional de Juventude, para compor a Mesa, e passar a palavra para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Bom dia. Quero cumprimentar todos e fazer uma saudação muito especial aos colegas que estão aqui presentes: o Deputado Reginaldo Lopes, de Minas Gerais, que é um grande lutador e, para nós, é uma satisfação imensa ele estar aqui hoje coordenando este trabalho da CPI; para quem não o conhecia, está tendo a oportunidade de conhecer hoje o Padre Luiz Couto, da Paraíba, militante dos direitos humanos, perseguido, um dos padres mais



corajosos que eu já conheci, meu colega de trabalho na Comissão de Direitos Humanos e Minorias — para nós, também é uma satisfação; a Deputada Maria do Rosário; saúdo o Sr. Gabriel Medina e, em nome dele, os órgãos governamentais, as entidades do movimento negro; o Sr. Jeferson Fernandes; e na pessoa da Sra. Laura Sito, saúdo a juventude.

Eu acho, em primeiro lugar, que é preciso tentar compreender, mesmo que de forma bastante rápida, o momento que estamos vivendo hoje. Nós estamos vivendo hoje um momento de retomada, no Brasil, de ações cada vez mais conservadoras, reacionárias e perigosas. Este momento que nós estamos vivendo hoje, do meu ponto de vista, é um momento perigoso por dois motivos: primeiro, pela impunidade.

Na semana passada, estive em Mato Grosso do Sul — e completou-se 18 anos da morte do índio Galdino — e participei lá de uma manifestação em que as pessoas apresentaram as belas condições de vida em que até hoje vivem os cinco jovens de classe média alta que participaram do assassinato daquela liderança indígena em 1997.

Todos os dias, nós assistimos travestis sendo mortos espancados nas ruas deste Brasil. Todos os dias nós assistimos jovens negros sendo mortos. Isso não faz com que os órgãos da administração pública reajam com a radicalidade que eles precisam reagir.

Eu falo aqui do Poder Executivo, eu falo do Ministério Público e eu falo muito, também, do Poder Judiciário, que, no meu ponto de vista, talvez seja o órgão mais seletivo em relação à maneira como reage na sociedade contra a violação dos direitos dos cidadãos.

Então, há uma sensação de impunidade, e essa sensação se amplia na medida em que nós temos hoje, na Presidência da Câmara dos Deputados, um Deputado que flerta com o autoritarismo, que debocha da Constituição, que não respeita o Regimento da Casa, que projeta na sociedade uma sensação de vale-tudo.

Ontem eu assisti a uma matéria sobre aquele episódio do Maranhão. Nós temos no Brasil, hoje, uma chacina por dia. Houve três chacinas, nesta semana, no Maranhão. Todas elas contra jovens — quase todos eles negros. Não há nenhuma



reação por parte da sociedade. Então, há um sentimento de impunidade, que nós precisamos compreender.

Em segundo lugar, há uma reação contra aquilo que nós fizemos de bom. Pessoas reagem porque não aceitam que empregada doméstica tenha carteira assinada, tenha direito a hora extra e jornada de trabalho. Pessoas reagem porque não aceitam as cotas nas universidades. Outros tantos se indignam porque não aceitam o PROUNI. E alguns não têm vergonha de ficar bravos porque há muita gente dentro de aeroporto. Acham que é um absurdo que, de cada três pessoas que já andaram de avião neste País, duas tenham andado pela primeira vez depois que Lula virou Presidente. Então, nós temos uma parcela da sociedade que reage de maneira violenta, porque não aceita a ampliação de direitos para segmentos e setores da sociedade que nunca tiveram a oportunidade de ter uma vida digna.

E muitos militantes das causas sociais e dos direitos humanos, hoje, são perseguidos. Eu, a Deputada Maria do Rosário e o Deputado Luiz Couto, muitas vezes temos que pensar em como sair dos nossos gabinetes para chegar ao plenário e não sermos agredidos nos corredores do próprio Parlamento, como fomos, nesta semana, com a presença de grupos de extrema direita dentro e fora da Casa, que atacam hoje não só as lideranças dos movimentos, mas os próprios Parlamentares.

Então, nós estamos vivendo um momento muito grave neste País. Por isso, Deputado Reginaldo, é muito importante a presença da CPI aqui, porque ela mostra à sociedade, ela revela à sociedade realidades, fatos, números que, muitas vezes, as pessoas teimam em não ver; ou, quando veem, teimam em não enxergar.

Por isso, companheiros e companheiras, eu acho que esta CPI é um espaço importante de resistência, de construção, de luta no Brasil, em que pese nós sabermos que ela, por si só, não vai resolver os nossos problemas. A criação da SEPPIR, a criação da Secretaria Nacional de Juventude e a valorização dos conselhos não resolvem esses problemas, mas são ferramentas, são instrumentos de luta, de mobilização, que nós temos que valorizar. E, mais do que nunca, somar esforços, encontrar parceiros na sociedade que se identifiquem conosco na luta pela exclusão, na luta contra o preconceito, na luta contra todo tipo de discriminação,



porque esses são adjetivos fundamentais a serem incorporados à nossa pauta política, na perspectiva de nós podermos construir um mundo melhor.

Então, eu fico muito feliz de poder estar aqui com os senhores hoje. Cumprimento o Deputado Reginaldo. Tenho certeza de que nós vamos sair daqui hoje mais fortes, mais organizados e mais preparados para a árdua luta que temos pela frente.

Um abraço e obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulo Pimenta, pela contribuição, pela ousadia e pela condução em uma Casa conjunturalmente desfavorável e na Comissão de Direitos Humanos.

Aproveitando as palavras do Deputado Paulo Pimenta, quero dizer que nós — eu falei aqui no início, Deputado Paulo — estamos apresentando várias proposições legislativas e recomendações ao Executivo.

Espero que, ao término da CPI e no início da tramitação dessas proposições, nós possamos criar essa sinergia, essa massa crítica, em especial com os movimentos organizados, a população negra, no sentido de termos uma pauta única que aponte mudanças no presente para o futuro. Eu acho que esse será o ganho da CPI, além de reconhecer aquilo que o movimento já tem denunciado há mais de 30 anos, que é o genocídio.

Então, espero contar com o apoio do movimento nesse sentido de nós elegermos um, dois, três projetos prioritários, que possam mudar a realidade, em especial a da violência no Brasil, que venham a garantir reparação de danos e políticas sociais nessas comunidades mais vulneráveis, para que possamos fazer uma grande caravana em favor da vida e da mudança da realidade do País. Então, eu quero, depois, voltar a debater esses projetos.

Quero convidar para fazer uso da palavra o Gleidson Renato, que é do Movimento Negro.

O SR GLEIDSON RENATO MARTINS DIAS - Bom dia a todos e a todas. Eu quero saudar todos e todas na ancestralidade da pessoa da Mãe Sandrali de Oxum. Nós, aqui no Rio Grande do Sul, sabemos o quanto estamos sendo perseguidos e sabemos o quanto a juventude negra sofre por acreditar e professar a sua fé. Aqui nós não temos esse direito.



Eu quero, primeiro, ratificar as falas da importância da CPI aqui em Porto Alegre. É importante para nós, é importante para o Movimento Negro e, mais ainda, é importante para a população saber que existem no Brasil, como o Joaquim Barbosa Gomes falou, várias formas de exclusão e discriminação, que o Estado logrou êxito em fazer com a população negra, durante toda a sua existência.

No entanto, Sr. Presidente, não diminuindo esse ato... O racismo é tão presente, o racismo é tão naturalizado entre nós que não nos damos conta e, às vezes, temos atos falhos, vamos dizer assim.

Eu acho que a primeira mesa tinha que ter mais presença da população negra, tinha que ter mais presença da juventude negra. *(Palmas.)* Não pode uma primeira mesa que fala de racismo não ter participação da população negra, principalmente se nós temos o Conselho Nacional de Juventude, não só por ser Conselho Nacional da Juventude, mas por ser representado por uma mulher negra. Então, era preciso que, no mínimo, essa companheira estivesse na primeira mesa. *(Palmas.)*

Eu nunca pensei que iria gostar tanto de um Papa, não por uma questão religiosa, mas pelo que a Igreja Católica representa enquanto instituição. Eu confesso que este Papa tem mostrado, cada vez mais, um protagonismo e uma diferença. Agora, não adianta pedir perdão, se não reparar. Não adianta chegar e pedir perdão, se não reparar. *(Palmas.)* Nós estamos cansados de ver pedirem perdão pelo racismo e não repararem. A Igreja Católica tem bastante dinheiro para ações políticas de reparação.

Então, quando nós ouvimos falas contundentes, companheiros, é porque nós falamos isso há 30 anos. Pessoas já morreram discutindo o extermínio da juventude negra. Nós solicitamos cotas raciais há 50 anos neste Brasil e ainda somos representados por um Congresso Nacional branco, de homens brancos.

O nosso companheiro Juarez, que teve, talvez, uma das falas mais contundentes, é um camarada vitorioso, é um militante nosso que virou morador de rua. Ele é o verdadeiro extermínio da juventude negra. Só que ele está aqui, ele não morreu. Então, nós temos que entender, meus companheiros e companheiras, quem pode passar por isso: somos nós, a população negra. E o nosso medo...



Por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública, a Procuradoria-Geral do Estado, esta Casa, o Poder Executivo, o Ministério Público e o Poder Judiciário assinaram um pacto gaúcho contra o racismo institucional. Onde está de fato a implementação do pacto gaúcho contra o racismo institucional? Nenhuma das instituições realmente o fez! Então, é esse o medo, é essa a indignação.

Falaram aqui da questão do Ministério Público, e eu quero contestar. O Ministério Público tem sido um dos grandes opressores, aqui no Rio Grande do Sul, da população negra, não só quando não atua, quando o jovem negro é preso sem prova, mas com ações complicadíssimas. Na Defensoria Pública, nós temos uma pessoa com quem sempre podemos contar, que é a Dra. Alessandra. Mas agora nós estamos falando de instituição, da instituição como um todo. Nenhuma instituição, principalmente o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado, o Poder Executivo, respeita o que se fala nas mesas. Esse é o problema. Esta Mesa é simbólica. Por que nós estamos nesta primeira Mesa? Porque não estamos na outra. O Estado brasileiro não nos quer nas instituições. Nós somos um movimento. Nós estamos ali dando força, fazendo discussão, chamando.

Então, quando nós falamos de extermínio, nós podemos falar de vários extermínios. Nós podemos falar do extermínio da juventude negra, porque os negros, como todos nós sabemos, são os primeiros a começar a trabalhar, e perdem a sua juventude. Nós podemos falar do extermínio da sua identidade negra, porque a escola não quer a sua identidade negra, porque o trabalho não quer a sua identidade negra. E podemos falar do genocídio, do extermínio da própria vida.

Então, o que nós queremos, Deputados, reconhecendo, primeiro, o papel dos senhores enquanto nossos representantes, é dizer que a população negra brasileira não foi para as ruas com a bandeira da CBF pedir *impeachment*, porque nós acreditamos na democracia. (*Palmas.*)

Então, nós queremos que os senhores, para além da questão da visibilidade, construam discussões de reprogramação do Estado brasileiro. Não se acaba com o racismo com retórica, não se acaba com o racismo com Mesa, não se acaba com o racismo com palestra. Acaba-se com o racismo com a reestruturação do Estado,



com a reestruturação das instituições. O Estado embranquece as pessoas negras, masculiniza as mulheres e envelhece a juventude. E é isso que nós não queremos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A próxima oradora é a Sra. Tatiana Xavier. Acho que ela vai apresentar também um vídeo institucional de 3 minutos.

Antes disso, quero dizer ao Gleidson que nós, da CPI, estamos com um projeto. Trata-se de uma emenda constitucional que propõe criar o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. E, dentro desse fundo — ontem eu estava revendo as metas —, nós achamos que tem de haver aplicação em quatro políticas fundamentais: educação, habitação, qualificação e urbanização de comunidades predominantemente afro-brasileiras. São as quatro condições extremamente gritantes de genocídio simbólico, que há mais de 500 anos se impõe sobre os negros. A ideia é que 2% do IPI e do Imposto de Renda possam ser aplicados nesse Fundo. Isso deve dar em torno de 12 bilhões ao ano.

E, também, a partir da sua fala, vou criar um artigo na Constituição, para reparar parte dos danos do trabalho escravo. (*Palmas.*) Já mandei minha assessoria técnica escrever dentro da Constituição que o Fundo se justifica pela reparação de danos, para sair do discurso e ir para o ousado campo da prática. Mas, também, quero que o Movimento Negro... Como eu disse aqui, se terminarmos a CPI e não continuarmos fazendo um movimento... Este é um ato importante: tirar da invisibilidade o que está invisível. Mas é evidente que, se não unificarmos alguns projetos simbólicos, concretos, objetivos, vamos optar por fazer o discurso e não a prática. Então, quero também ver se o Movimento Negro é capaz de unificar algumas dessas pautas que possam mudar a realidade. (*Palmas.*)

Com a palavra a Sra. Tatiana Xavier.

A SRA. TATIANA XAVIER - Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de agradecer o convite para a Anistia Internacional estar presente aqui. Também é uma honra para nós estarmos com as entidades e os movimentos que há muito tempo já estão nessa luta. Em 2014, a Anistia Internacional lançou a campanha *Jovem Negro Vivo*. É uma campanha que trabalha com a questão dos homicídios de jovens negros no Brasil.



A campanha *Jovem Negro Vivo* visa mobilizar uma parte da sociedade que se encontra indiferente ao alto índice dessa estatística, que é uma tragédia, na verdade, de homicídios de jovens no Brasil, especialmente jovens negros. É uma campanha muito simples, objetiva. O que a gente quer com ela? Políticas públicas de redução de homicídios de jovens negros no Brasil. A gente busca também políticas afirmativas que instiguem a sociedade a dizer que não, não é natural. Que a sociedade abra os olhos para essa tragédia que está acontecendo com a nossa juventude.

A campanha *Jovem Negro Vivo* tem um manifesto, e eu peço a vocês que, após o vídeo que eu vou passar... Na verdade, eu sou uma ativista. Os ativistas da Anistia Internacional têm que trabalhar muito para que a nossa temática vire pauta do dia também.

O manifesto da Anistia Internacional se chama *Eu quero ver os jovens vivos*. É o que a Anistia Internacional quer, e a gente acredita que todos os movimentos aqui também querem. O pessoal que está na luta, que está na resistência também quer.

Convido-os a assistirem ao vídeo da campanha *Jovem Negro Vivo*.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. TATIANA XAVIER - Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Sra. Laura Sito.

A SRA. LAURA SITO - Bom dia a todos e a todas.

Muito bacana o vídeo da Anistia. Muito bacana a Anistia elencar essa campanha como sua prioridade, inclusive porque tem condições de fazer um vídeo bacana, que consegue ilustrar bem a realidade da nossa juventude negra.

Eu queria aqui saudar o Deputado Reginaldo Lopes, um mudancista. Foi da mudança, quando eu era da UED de Minas Gerais. É o Relator da CPI contra o extermínio da juventude negra, tem uma atuação muito importante em defesa dos direitos da juventude e da educação brasileira.

Saúdo também o nosso Deputado da Paraíba, Luiz Couto, um lutador dos direitos humanos; o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Deputado Paulo Pimenta; o Deputado Jeferson Fernandes, também da



Comissão de Direitos Humanos daqui da Assembleia; e, em especial, também, meus companheiros e companheiras do Movimento Negro.

Na organização da vinda da CPI para cá, era muito importante que nós conseguíssemos ter um espaço para que os movimentos conseguissem apresentar a sua luta, colocar o seu debate; que nós conseguíssemos aqui, mais do que debater entre nós que estamos aqui porque somos sensíveis ao debate sobre o extermínio da juventude negra, dar visibilidade a essa pauta, que é tão importante.

Quero iniciar falando da importância da articulação, inclusive, da própria juventude para conseguir colocar o debate dos seus direitos na agenda política do nosso País.

Como bem foi falado aqui, em junho, o encontro da juventude negra foi um marco importante nesse processo. Conseguimos debater as questões da juventude negra, na perspectiva de política pública, o que era fundamental para que nós conseguíssemos avançar na democratização do Estado e na construção da igualdade; para que nós conseguíssemos avançar na própria democratização da educação, já que era um processo do debate das cotas e das ações afirmativas; para que nós conseguíssemos avançar no debate da democratização do ensino superior, já que passávamos por uma conjuntura do debate da implementação das ações afirmativas nas universidades federais do nosso País.

É fundamental, neste momento, nós conseguirmos articular as ações do Estado com o conjunto dos movimentos sociais, em especial do movimento social negro. É importante que nós consigamos dar um protagonismo para aqueles que passam por isso no seu dia a dia e que vivem a naturalização da morte violenta da nossa juventude negra e da periferia.

Como já dizia a música do Rappa, se todo camburão tem um pouco de navio negreiro, na nossa sociedade, no dia a dia, isso, para nós, é natural. Nós não nos apavoramos com esta realidade, que também é a minha realidade. Eu sou moradora aqui de Porto Alegre, da Zona Sul, de um bairro periférico, o Bairro Cascata. É cotidiana a morte dos nossos jovens negros, quase sempre relacionada ao tráfico de drogas.

Aqui no Rio Grande do Sul, durante o período do Governo Tarso, nós tivemos algumas ações na perspectiva de tentar alterar essa lógica, na perspectiva de



conseguir dialogar com o Governo Federal, com o Plano Juventude Viva, sobre o qual a Malu vai falar — ela tem mais propriedade para falar dele do que eu. Mas nós fizemos uma tentativa para conseguir inverter essa lógica e o Estado ter isso como prioridade.

Nós avançamos no sentido de repensar o modelo de segurança pública, estabelecer os territórios de paz. Aqui em Porto Alegre, nós tínhamos Restinga, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta como os nossos territórios de paz. Infelizmente, nós tivemos muitas limitações, mas está pior ainda agora, na conjuntura em que vivemos, com o desmonte dessa política tão importante que estava sendo implantada para que nós pudéssemos construir uma outra realidade em nossas comunidades.

Não é à toa que nós, numa conjuntura com um levante conservador tão duro, tenhamos muita dificuldade para conseguir, em diversas perspectivas, fazer com este Governo debates que avancem em relação à igualdade. Acho que um símbolo, agora, neste início de semestre, foram os planos de educação, em nível estadual e em nível municipal, os enfrentamentos que nós fizemos com esses setores.

Não é à toa que, no Brasil, um jovem negro tem 2,7% mais chances de ser morto do que um jovem branco. É necessário que, em relação ao genocídio da juventude negra, nós consigamos trazer para a cena do debate político qual é o cerne dessa questão. E o cerne é o racismo. Esse é o conteúdo, esse é o impulsionador que constrói essa realidade da juventude negra e da periferia do nosso País.

É importante que nós consigamos compreender que não podemos fazer simplesmente uma associação da pobreza com essa realidade, porque não conseguiremos compreender os diversos mecanismos que o racismo constitui na sociedade e que constituem esse cenário.

É fundamental que nós consigamos avaliar e colocar os aspectos socioeconômicos, mas também os socioculturais e étnico-raciais nessa compreensão.

Eu acho que um desafio gigantesco para nós é conseguirmos enfrentar o racismo institucional que temos presente em nossa sociedade. A violência policial mata, e mata muito. No Brasil, a cada dez jovens mortos por policiais, sete são



negros. Eu acho que o vídeo da Anistia, inclusive, conseguiu ilustrar bem isso. Dos jovens presos no Brasil, no sistema penitenciário, 60% são negros.

Então, para nós, é importante que consigamos fazer do processo da CPI que está rodando o Brasil, com o acompanhamento do Governo Federal... É importante o Gabriel Medina, Secretário Nacional de Juventude, estar acompanhando esse processo. É importante produzirmos um acúmulo nesse debate, para que consigamos dar prioridade a ele e fazê-lo entrar, de fato, na agenda do dia. De fato, significa ter política pública, ter investimento, ter recurso. E é necessário que nós, apesar de estarmos em uma conjuntura que é muito mais de resistência do que de avanço, consigamos ter claros os caminhos necessários para que possamos enfrentar essa realidade. E aí ele vai enfrentar a questão dos autos de resistência. Inclusive, o Deputado Paulo Teixeira tem uma ação muito importante nesse sentido. É necessário que nós consigamos debater uma nova política de drogas para o nosso País, porque a política de drogas que nós temos hoje enxuga gelo, criminaliza a juventude negra e da periferia e faz, sem sombra de dúvida, o genocídio da juventude negra ter a sua ofensiva muito mais dura.

É importante que nós discutamos uma questão delicada, mas que é fundante, que é a reformulação das nossas polícias, que operam a partir de uma lógica e de uma herança da ditadura militar no nosso Brasil. E, sem sombra de dúvida, a nossa luta, na agenda do dia, é para que não se reduza a maioria penal.

Então, são questões importantes para nós. É fundamental a responsabilização do Estado brasileiro nesse sentido, para que nós consigamos garantir o direito, em especial, à vida da nossa juventude.

Essa é a minha contribuição aqui. Quero dizer que é importante que nós consigamos dar seguimento à organização nos Estados, perante essa pauta. Vou acompanhar os trabalhos à tarde, também, na Restinga, que por sinal é uma das maiores comunidades periféricas da América Latina. A Restinga tem quase 200 mil habitantes. A população é majoritariamente negra. É um bairro negro, na Capital do Rio Grande do Sul, onde, todos os dias — podemos ver nos jornais —, jovens negros são mortos. Só na semana passada foram cinco.

É fundamental que nós consigamos ter esse símbolo da ida da CPI lá. É fundamental.



Então, essa é a minha contribuição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Laura.

Quero passar a palavra ao Medusa, que é do Coletivo de Combate ao Racismo, da CUT. Não é isso companheiro?

O SR. VLADIMIR DUARTE - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Convido para compor a Mesa o Dr. Carlos Alberto, Ouvidor Nacional da Igualdade Racial, representante da SEPPIR. (*Palmas.*)

Com a palavra o Medusa.

O SR VLADIMIR DUARTE - Do FORMA - RS — Fórum de Matriz Africana do Rio Grande do Sul. Em nome do FORMA - RS, quero pedir o meu agô à Presidência — está aí a Sandrali — e aos babás e às iyás que se encontram aqui presentes.

Em nome do Deputado Lopes, quero cumprimentar a Mesa toda e todos aqui presentes.

Eu fiz esta inscrição, Deputados, para fazer uma denúncia de algo que está ocorrendo, de algo que virou modismo. O Gleidson acabou de anunciar que, a partir do momento em que assumiram os Deputados, neste ano, nosso povo de matriz africana, nosso povo de terreiro não teve sossego aqui no nosso Estado, porque assumiu uma Deputada que passou a nos perseguir.

Deputados, a gente tem visto nas redes sociais cada vez mais isso se multiplicar. Eu peguei agora, recentemente... Se vocês entrarem agora no Google e colocarem o nome do Pastor Lucinho, ele vai aparecer num vídeo, mandando invadir os terreiros — inclusive fazendo gestos de revólver — para entrar e matar. Aí, a gente está em uma CPI que a gente fala que é para combater o crime, mas a gente tem aí um povo que está instigando que isso aconteça e se banalize, como a gente viu aqueles jovens que foram agredidos na frente do *shopping* por essas banalizações. Simplesmente, os jovens estavam tendo um desentendimento, foram atirados para fora do ônibus. Inclusive, os policiais, que eram para defender aqueles jovens, deixaram que os que por ali passavam os agredissem. Isso está acontecendo no dia a dia, e as pessoas estão aceitando isso com a maior passividade. Está se tornando uma coisa bonita simplesmente o mandar agredir. Vou lá, agrido e mato. E quanto ao nosso povo, eu quero puxar para o nosso povo



de terreiro, Deputado. Nós queremos que isso seja criminalizado, que se torne crime. Tem que haver um pacto de crime contra a intolerância religiosa. (*Palmas.*) A polícia está tratando como crime comum, como se o cara fosse lá e matasse uma pessoa comum, e não tivesse nada a ver com a sua crença.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. VLADIMIR DUARTE - Exatamente. Mas, para que o povo entenda, o que a gente tem que fazer? A intolerância religiosa está acontecendo dia a dia. Por exemplo, aquele rapaz, na Bahia, tinha saído de uma comunidade terapêutica, atravessou o lado da rua, foi lá e matou a iyá, a filha e a neta. Está matando o demônio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. VLADIMIR DUARTE - É Londrina. Eu estava confundindo. É que há alguns outros casos, são tantos que estão acontecendo, e a gente acaba confundindo o nome. E simplesmente está sendo tratado como crime comum: foi um maluco que foi lá e matou. E o que aconteceu com aquele criminoso? Como ele foi tratado como um doente mental, ele não foi preso. Ele foi mandado de novo para a comunidade terapêutica para se tratar, para a mesma comunidade terapêutica de onde ele havia saído.

Então, Deputados, nós queremos que esses crimes sejam tratados como crimes de intolerância religiosa, que sejam investigados como crime contra a crença, porque só assim a gente vai conseguir fazer que esses pastores... Inclusive, eles estão mandando matar; e quando chega a polícia perto deles, eles dizem que não estão pregando, que não estão pregando a morte. Mas é só vocês acessarem o Google, colocarem o nome, e vocês o verão pregando dentro da igreja, inclusive fazendo gestos de tiro, dizendo que os fiéis têm que invadir, têm que bater em todo mundo dentro dos terreiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Medusa, pela contribuição.

Vou passar a palavra ao próximo orador, Dr. Carlos Alberto, Ouvidor Nacional da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR.



O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR- Bom dia a todos e a todas. Inicialmente, quero agradecer o convite do Deputado Reginaldo Lopes, que vem fazendo um brilhante trabalho nesta CPI, indo inclusive ao encontro do que está sendo posto hoje e sendo votado na Câmara. Estava presente no dia 30, na votação da redução da maioria penal. E esta CPI estava discutindo a redução da maioria penal em uma audiência pública, com diversos posicionamentos do Governo, inclusive, e da sociedade civil, sendo contra. E no plenário estava sendo votada a redução da maioria penal. Naquele momento, o movimento social, o movimento da juventude ganhou, mas no outro dia, por forças de contexto — eu vou chamar assim, pois estou aqui representando o Governo e estou utilizando uma palavra que acho que melhor se encaixa —, foi revertida aquela votação. A matéria foi votada novamente no plenário, e passou no primeiro turno a votação da redução da maioria penal.

Penso que este é um momento histórico, Deputado, e penso também que é importante a gente alertar a sociedade e o Movimento Negro, presente hoje aqui, para o fato de que o relatório da Comissão está disponível e pode sofrer alterações, inclusive. É importante que vocês, do movimento social, possam ler esse relatório. Eu creio que será um documento histórico, porque é a primeira vez que o Poder Legislativo reconhece que existe um genocídio contra a juventude negra do nosso País. Então, é importante que os movimentos sociais, que o Movimento Negro, que sempre apresentou essa pauta, possam, cada vez mais, influenciar nesse relatório, para que, assim, tenhamos algo que seja palpável e que seja do nosso interesse enquanto movimento social, enquanto Governo e enquanto Parlamento também. Acho que a fase de votação será na terça-feira. É importante que vocês se debrucem sobre esse relatório, percam um pouco este final de semana, mas possam contribuir com a história do Movimento Negro, com a história da juventude negra no nosso País. Eu acho que, inicialmente, precisava falar isso para alertá-las e alertá-los aqui sobre o momento que nós estamos vivendo nesta CPI.

Outro ponto: não é mais possível que a gente aceite pacificamente a naturalização da intolerância religiosa no nosso País. (*Palmas.*) Não é mais possível a gente ver histórias... Eu viajei há poucos instantes — acompanhando a CPI, inclusive — para Itabuna e lá me recordei de uma mãe de santo que foi colocada em



um formigueiro para tirar o diabo do corpo. E eu vejo que, há um mês, uma criança sai do terreiro de candomblé e é atingida por uma pedra. Então, vemos uma mãe de santo que é colocada dentro de um formigueiro para tirar o seu mal, que ali foi dito pelas pessoas que a colocaram, os policiais. Houve uma violência policial naquele momento, e tudo isso acompanhado pela Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, que hoje eu coordeno na SEPPIR. Então, não podemos mais aturar isso. Além disso, não podemos aturar as diversas mortes — eu acompanhei esta CPI desde o seu início — que temos em Alagoas, com o Davi, na Bahia, com o Davi também, no Rio de Janeiro, com a Cláudia e com outras mulheres, com outros jovens. Não é possível que o movimento social não reaja a isso.

A CPI vem exercendo a sua função. O Governo Federal, mesmo que timidamente, vem tentando buscar a SEPPIR, em parceria com a SNJ, a SG. Tem um programa, que é o programa Juventude Viva. Ele atende em todas as suas formas? Acredito que não. Acho que ele precisa ser aperfeiçoado. Nós estamos fazendo isso no Governo Federal, para que cada vez mais consigamos atingir a juventude negra deste País com políticas públicas. Mas também é importante que o movimento social reaja e pressione este Governo e a CPI para que isso modifique a correlação de forças na sociedade. Vocês podem saber disso muito melhor do que eu.

Então, a gente precisa ir para a disputa real disso. Não podemos mais assistir a esse movimento social, a esse Movimento Negro... Como disse aqui o companheiro Gleidson, fica apenas no discurso. Não é possível que se vote a redução da maioria penal... E o Movimento Negro sempre esteve contra essa pauta porque... Não sei se vocês sabem que somente em 1927 foi aumentada a maioria penal no País, porque um jovem negro, engraxate, de 12 anos, foi preso junto com adultos e violentado. Aí, sim, foi aumentada a maioria penal no País. Foi por causa de um jovem negro, Deputado Reginaldo Lopes.

E agora a gente assiste pacificamente a esse retrocesso? E o Movimento Negro, que sabe dessa história, não reagirá? Precisamos reagir, sim! Sabemos que é difícil ir a Brasília, mas precisamos pegar os Deputados que são daqui do Rio Grande do Sul, conversar com eles, falar da intenção para que isso seja barrado —



isso e diversas outras propostas que estão sendo votadas e que poderão ser um retrocesso para a nossa sociedade.

Nós sabemos que o auto de resistência é para jovem negro. Não podemos nos calar diante disso. Nós sabemos — eu acho que o Gleidson também é advogado — quantas vezes precisamos ir à delegacia porque o jovem é preso, entra no camburão e é morto por resistir à prisão — o cara já estava imobilizado. Isso acontece em qualquer Estado. Nós temos estatística disso.

Desculpem-me o desabafo. Eu sei que meu tempo já está se encerrando, mas quero dizer também que a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial está à disposição para ser esse elo entre a sociedade e o poder público, para superar o racismo e forçar as instituições públicas, que são responsáveis pela apuração e responsabilização dos crimes de racismo, de discriminação racial, a atuarem de forma eficaz, eficiente e efetiva.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Deputado Reginaldo Lopes e aos membros da Mesa pela oportunidade de fazer essa reflexão com vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dr. Carlos Alberto, Ouvidor da SEPPIR.

Quero registrar que a Deputada Manuela D'Ávila esteve presente, ajudou-nos na organização. Um abraço. Trabalhamos juntos em outras matérias.

Quero também agradecer a presença da Kilvia Cristina Teixeira, que é da Secretaria Nacional de Juventude, pela militância dentro do PMDB. Ela nos ajudou a conseguir votos importantes para a nossa vitória, porque nós ganhamos e, depois, foi alterado regimentalmente. Espero que o Supremo derrube a manobra regimental. Então, quero agradecer à Kilvia pela participação, pela luta dentro do PMDB.

Quero convidar para fazer uso da palavra a Isadora Bispo, que é do Conselho Nacional de Juventude.

A SRA. ISADORA BISPO - Bom dia a todos e a todas. Meu agô aqui aos mais velhos. E, na presença da iyá Sandrali, eu saúdo aqui a minha ancestralidade de matriz africana.

Eu faço parte do Conselho Nacional de Juventude, onde ocupo a cadeira dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Sou daqui do Rio Grande do



Sul, moro aqui. Diga-se de passagem, essa é a única cadeira dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, e é ocupada justamente por uma representante do Rio Grande do Sul. Isso é muito importante no que diz respeito a uma visibilidade do Estado que tem o maior índice de autodeclaradas comunidades tradicionais de matriz africana.

As falas que me antecederam aqui foram muito perfeitas no sentido de mostrar quem é o jovem, o que está acontecendo. O nosso companheiro aqui falou muito bem em nome das comunidades tradicionais de matriz africana, mas eu vou falar como moradora do Rio Grande do Sul.

Apesar de estar também no Conselho Nacional de Juventude, eu quero falar sobre o cumprimento e a efetivação de leis que estão aí para subsidiar o nosso povo. E uma das leis que está aí e que, no Estado do Rio Grande do Sul, infelizmente, ainda não está sendo implementada de fato é a Lei nº 10.639. Por que estou falando da Lei nº 10.639? Porque é na escola que a gente vai preparar o nosso cidadão, para que não venha apedrejar a menina na rua, para que não venha invadir terreiros, porque sabe que aquele povo, aquela juventude ali tem história.

O jovem de comunidades tradicionais de matriz africana, além de todas as problemáticas que ele tem no dia a dia, como a racial, tem a intolerância religiosa acompanhando-o. Então, esse é o foco que também quero dar aqui. O momento é curto. E t estou indo para o interior, porque também temos base em Santa Maria. Então, é esse chamado que eu estou querendo fazer aqui, em nome das comunidades tradicionais de matriz africana, que represento, para que se dê esse foco.

O jovem de terreiro chega à escola e não pode contar a sua história porque é um macumbeiro, não sei o quê, não sei o quê. E aí ele não consegue se expressar. O jovem de terreiro está morrendo. A gente poderia até fazer esse recorte aqui, em nome do Conselho do Povo de Terreiro, não é iyá Sandrali? Quantos jovens de comunidades tradicionais de matriz africana estão morrendo? Existe esse recorte, sim! Além de o jovem ser negro, também há essa questão da sua ancestralidade, da sua religiosidade, e por isso ele é perseguido.

Então, eu queria ver se a gente, por meio desta CPI, pensando nas políticas públicas, na efetivação delas, colocasse isso em pauta. As escolas não estão



aderindo à lei, porque acham que, na verdade, nós vamos trabalhar só com a questão religiosa, que nós vamos ensinar às crianças a história do candomblé. Não, gente!

Então, eu acredito que a gente tem que começar a se expressar, a sair desse reduto de ignorância da lei e a mostrar que é uma questão histórica e que deve ser respeitada.

Então, eu deixo aqui a minha colaboração. Peço o meu *agô*, porque tenho que pegar meu ônibus agora.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A Isadora Bispo traz uma discussão importante, recorrente em todas as nossas audiências, sobre o cumprimento da Lei nº 10.639. Eu estou consultando o técnico sobre a possibilidade de alterar, fazer uma mudança na lei, e aquele Município que não implantar a lei entrar no CADIN. Nós deixaríamos o Município inadimplente. (*Palmas.*)

Então, vamos propor uma legislação no sentido de responsabilizar os Municípios e inscrever imediatamente o Município no CADIN, se não houver o cumprimento da Lei nº 10.639, sobre a história da África. Então, vamos lá! Por isto é que audiência pública é bom: sai um monte de ideias, não é, Deputado Luiz Couto? Estamos caminhando aqui.

A próxima oradora é a nossa companheira Ângela Guimarães, a Presidenta do Conselho Nacional da Juventude.

A SRA. ÂNGELA GUIMARÃES - Bem, bom dia. Quase boa tarde já, não é, gente? (*Risos.*) Bom dia a todas e a todos.

Eu quero pedir licença aqui à Mesa para fazer referência aqui, para saudar primeiramente os movimentos sociais que enchem este plenário hoje. Eu quero fazer referência também ao fato de que temos aqui duas entidades históricas do movimento, que completam 37 e 27 anos, respectivamente, no mês de julho, e a elas nós muito devemos, inclusive a existência desta CPI. Eu quero fazer aqui referência ao Movimento Negro Unificado e à União de Negros pela Igualdade (*palmas*), que completam neste mês de julho 37 e 27 anos de existência, e graças a essa ação organizada nós podemos ter aqui hoje outros movimentos mais recentes, como o Fórum Estadual do Hip Hop — e faço aqui uma saudação a toda a



representação do movimento *hip hop* —, o Fórum Estadual de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra, o Kizomba, a JS, a CUT e todos os outros movimentos que estão aqui representados.

Quero fazer uma saudação também muito especial ao Deputado Reginaldo Lopes, esse parceiro nosso de muitas e muitas lutas da juventude brasileira. Desde o início desta pauta das políticas da juventude Reginaldo é um bastião, junto conosco, assim como a Deputada, hoje Deputada Estadual Manuela d'Ávila, que foi a Relatora do Estatuto dos direitos da Juventude. E mais: aos guerreiros e guerreiras que estão hoje na Câmara Federal, gente, eu quero fazer uma referência especial — Deputados Reginaldo Lopes, Luiz Couto, Maria do Rosário, Paulo Pimenta —, porque de fato o ambiente é absolutamente hostil às pautas avançadas, progressistas, de defesa dos direitos da população negra, da juventude, de trabalhadoras e trabalhadores, de religião de matriz africana, de indígenas, a todas as pautas progressistas.

Quero fazer uma saudação também ao Deputado Estadual Jeferson, que aqui também nos acolhe, ao Vereador Alberto, que passou por aqui, e também ao Vereador de Canoas, Sidiclei, porque eu acho que ele fez um ato simbólico e político muito importante, retomando de fato aquele que é o princípio das Casas Legislativas do Brasil, que é servir ao povo, que é ser uma voz de repercussão das maiorias e do povo brasileiro.

Então, eu quero fazer uma saudação também aqui aos colegas Gabriel Medina, Secretário Nacional de Juventude, Carlos Alberto, Ouvidor Nacional da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e também Douglas Santos, membro da equipe do Plano Juventude Viva na SEPPIR, e a todos os movimentos que também estão aqui na Mesa no dia de hoje.

Bom, gente, eu não vou me alongar. Eu acho que nós vemos muita semelhança no diagnóstico que nós fazemos. De fato, é essa altíssima mortalidade da juventude negra o maior problema que o Brasil vive hoje. Não temos um problema de ordem maior. E não é um problema recente. É um problema que é oriundo do nosso processo de formação da sociedade brasileira: os 355 anos de escravismo, os 127 anos de abolição incompleta. Vale a pena dizer isto: nós temos um processo ainda — não é? —, que não foi resolvido ainda. Essa permanência do



racismo estrutural, institucional, essa permanência da visão de que nós vivemos numa democracia racial e de que o racismo não existe, esses são problemas que o Estado precisa enfrentar através de leis, mas através também de mudança na sua cultura institucional.

Nós temos muita, muita convergência nesse diagnóstico, mas eu queria aqui chamar atenção para o contexto conservador em que nós estamos vivendo hoje na Câmara. Eu quero dizer que esta CPI aqui é uma vitória dos movimentos organizados, mas também um ato de coragem dos Deputados e Deputadas que hoje fazem parte desta CPI, porque isto é um oásis naquele deserto de pautas regressivas e conservadoras da Câmara.

Mas este oásis, gente, não passaria batido por esses setores conservadores. Desde março esta CPI vem realizando audiências públicas, e vale a pena dizer que foi uma opção política vir aos Estados, articular com as Assembleias Legislativas, com as Câmaras Municipais, com os movimentos sociais, fazer visitas, avaliar *in loco*, ir aos bairros atingidos por essa violência extrema. Não é essa, na maioria, a opção política das outras Comissões que nós temos hoje, das frentes de segurança pública, das Comissões que analisam questões que dizem respeito diretamente à vida da juventude negra. Então, isso precisa ser saudado.

Quero dizer também que uma parcela da bancada conservadora faz hoje parte da CPI, e dizer para vocês que nesta reta final é necessário um maior entrenchamento dos movimentos para garantir que tenhamos bom termo desse relatório final, não é? Quero dizer para vocês que o debate foi embargado na última sessão da CPI, porque alguns membros da CPI não querem que esta CPI reconheça que há um genocídio contra a juventude negra, não querem que se diga que o racismo é um dos principais fatores que determina quem vive e quem morre no Brasil, não querem uma alteração profunda na política de segurança pública brasileira, não querem o combate à impunidade, não querem o controle externo das Polícias, e mais, muito mais, não querem as alterações profundas que o Deputado Reginaldo Lopes mencionou.

Então, não há nada gratuito, não há nada de mão beijada; a nossa história é a história das lutas do povo, das lutas dos movimentos negros, da juventude, dos segmentos progressistas, mas nesta reta final esse próprio relatório eu diria a vocês



que está em risco, e isso demanda uma mobilização nossa, por meio das redes sociais, por meio da ida a Brasília, por meio da procura dos nossos Deputados do Estado que fazem parte desta CPI, porque já viram que esse único flanco progressista pode indicar transformações profundas que vão ao encontro, de fato, do enfrentamento do genocídio da juventude negra.

Então, eu diria a vocês que é mais um espaço da trincheira em que nós temos de nos somar e fortalecer, para que as indicações desta CPI consigam ser transformadas em política pública, consigam ser transformadas em leis, não é? Porque a importância de transformar isso em lei é nós garantirmos que o enfrentamento dessa alta mortalidade da juventude negra não tenha lugar apenas agora, mas sim fique como uma obrigação do Estado brasileiro nas próximas décadas.

Por fim, quero dizer a vocês também que há uma íntima associação entre o que nós estamos discutindo aqui e outros espaços que hoje estão abertos na Câmara Federal, não é? Há uma Comissão que está discutindo o sistema prisional, e não por acaso o relatório dessa Comissão indica a privatização do sistema prisional. Isso tem íntima relação com as artimanhas, já que eu não posso usar uma palavra mais pesada, as artimanhas que foram feitas aí, da última terça-feira para a última quarta-feira, para aprovar a PEC 171, da redução da idade penal. Então, eu pergunto a vocês: a quem interessa que nós tenhamos, para concluir, a quem interessa que nós tenhamos números acima dos 600 mil que nós já temos hoje de pessoas presas, encarceradas no sistema prisional brasileiro? Interessa àqueles que têm compromisso com a privatização desse sistema prisional, interessa àqueles que têm compromisso com as empresas de segurança privada, interessa àqueles que não têm compromisso com a vida, não têm compromisso com trajetórias exitosas, e de qualidade, de segurança para a nossa juventude.

Então, eu queria deixar aqui este chamado para que nós continuemos nessa trincheira da luta contra a redução da idade penal. O jogo ainda não está perdido. Que nós nos somemos a essa trincheira também, aqui, à trincheira, pressionando para que de fato o relatório dessa CPI seja aprovado sem nenhum tipo de embuste, sem nenhum tipo de tentativa aí, aos 45 do segundo tempo, de fazerem qualquer outro tipo de pressão sobre esse relatório, não é?



Do ponto de vista do Governo Federal, nós estamos atentos e atentas, e, militantes dessa causa, estamos trabalhando pela reformulação do Plano Juventude Viva, para que ele, além de ser um plano que enfrente a vulnerabilidade da juventude negra, também seja um plano que aponte para a redução de homicídios. E temos aqui nesta CPI uma parceria estratégica e fundamental para o alcance desses objetivos, e também de embate a esses setores conservadores que só conseguem olhar para a juventude e enxergar a necessidade de algemas e de prisão. Nós, não; nós olhamos para a juventude e vemos a perspectiva da garantia dos direitos integrais, para que a juventude, sobretudo a juventude negra, possa contribuir para o desenvolvimento do País.

Então, eu fico por aqui, fazendo este chamado à militância cotidiana, porque são tempos difíceis para aqueles e aquelas que sonham com um Brasil mais justo e igual. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, companheira.

Nós temos uma relação grande de pessoas que vão usar da palavra. A próxima inscrita é Ivonete Carvalho, da Frente Parlamentar de Combate ao Racismo.

A SRA. IVONETE CARVALHO - Bom dia a todos e todas, companheiros e companheiras da Mesa. Primeiro, quero parabenizar o Deputado Jeferson pela iniciativa aqui, junto com o Deputado Reginaldo Lopes, que vem trazendo, pautando este debate em nível nacional de forma tão brilhante, através da CPI, do extermínio da juventude negra. Essa, como já foi dito aqui anteriormente, é uma pauta histórica, denunciada historicamente pelo Movimento Negro.

Quero saudar as lideranças históricas do nosso movimento aqui do Rio Grande do Sul que estão na Mesa e estão no plenário, e dizer que este momento é extremamente importante para nós aqui no Rio Grande do Sul. Que bom que está acontecendo essa agenda. Nós estamos num Estado, vivemos num Estado e militamos neste Estado extremamente racista, sexista, machista, homofóbico, não é? A nossa sociedade, nela, todos os dias casos nós temos aqui que não são diferentes no restante do Brasil, de violação dos direitos humanos, de aceleração do extermínio, da violência contra os nossos jovens negros. Todos os dias nós vivenciamos isso aqui no Rio Grande do Sul, e é muito importante que nós



possamos ver aqui, nesta atividade, instituições importantes, estratégicas para que nós possamos continuar avançando.

Eu, particularmente, não sou uma pessoa positivista, mas eu sou realista, e quero dizer aqui para vocês que eu acredito no nosso Movimento, no nosso Movimento Negro brasileiro. Nós só estamos hoje com cotas nas universidades devido à mobilização e à articulação do Movimento Negro brasileiro, e com grande contribuição do Estado do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*) Nós só temos cota no serviço público, nós só temos uma SEPPIR, Carlos Alberto, que está na Mesa — trabalhamos muito juntos, quando tu chegaste lá à Ouvidoria da SEPPIR —, nós só temos hoje uma Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ligada à Presidência da República, por conta da mobilização desse Movimento Negro brasileiro, que compreende MNU, UNEGRO, CONEN, Mulheres Negras e tantas outras organizações do Movimento Negro que vêm construindo isso, não é? Então, nós só estamos com esse quadro hoje devido a essa caminhada e à sensibilidade de um Governo que ousou — ousou! — absorver essa pauta histórica, essa dívida histórica que a nossa sociedade brasileira tem para com o povo negro.

Então, foi dito aqui, Gleidson foi muito feliz na sua fala quando disse que temos de ter, sim, por escrito, Deputado, tem de estar lá na pauta da CPI a questão, o sentimento de reparação. Nós temos uma dívida histórica com a população negra brasileira. É uma reparação de quase 4 séculos de escravidão, de exclusão! Então, quem é que está lá morrendo na periferia? São resquícios ainda, Antônio Matos, da nossa abolição inacabada, essa abolição que não aconteceu de fato e que ainda requer políticas públicas, sim. E termos uma CPI neste momento político que nós estamos vivendo, para concluir, é extremamente importante.

Mas eu quero chamar a atenção das Lideranças do Movimento Negro que estão aqui e daqueles que não são do Movimento Negro: nós precisamos construir unidade (*palmas*), porque os opressores estão unidos para impedir que as nossas pautas avancem. Então, nós precisamos estar unificados para continuar avançando nas nossas conquistas.

Grande axé para todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Ivonete Carvalho.



A próxima inscrita é Malu Vianna, do Fórum Permanente do Hip Hop, que também vai apresentar um vídeo.

A SRA. MARIA LUIZA RODRIGUES VIANNA - Ah, o vídeo eu vou deixar para o final da fala, primeiramente saudando Carolina (*falha do microfone*) de Jesus. Saúdo todas as mulheres, e saudando o nosso querido Oliveira Silveira saúdo a todos: a Mesa, os representantes Parlamentares, os representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Sintam-se agraciados.

Antes de fazer a minha fala, gostaria de saber: quem chegou a ter acesso à Conferência de Durban de 2001, a esse documento? (*Pausa.*) Um?

É necessário entender que na política pública, seja ela de igualdade racial, seja de juventude no Brasil, nós já passamos de 1 década. E são demandas que vieram do movimento. Foi muito bem colocado o que Ivonete disse, porque nesta CPI, por mais que nós tenhamos acordado nas nossas manhãs esfuziantes ou alegres, nós estamos falando de homicídios, de mortes, de exclusão, só de coisa negativa, e isso está ligado à nossa juventude negra brasileira. E falando de Rio Grande do Sul, então, piorou!

Então, nesse sentido, falando da Declaração de Durban, que é um plano de ação em que já vêm há muito tempo sendo discutidas as formas de eliminação de discriminação, racismo e preconceito no Brasil, nós temos uma longa trajetória. Em 2003 foi iniciado de alguma forma uma radiografia do que é a juventude no Brasil, sendo que o próprio clipe aqui da Anistia Internacional mostrou um jovem sem rosto, um jovem transparente. Até então, a juventude negra continua sendo vista dessa forma, transparente, quando se fala de política pública no Brasil e especificamente no Rio Grande do Sul.

Então, por mais que nós tenhamos esta sala lotada, diversos gestores, a situação está cada vez pior. Não é à toa que nós vimos falando de dados alarmantes. Quando se chega a falar em dados alarmantes é porque, de cada 10, 9 são negros; são jovens, são de periferia e são negros. Não estão em universidade, não estão em escola, não estão em nenhum programa social. Continuam sendo transparentes.

Então, nesse sentido, pessoal, a Política Nacional de Juventude é para ressonar nas Regiões, nos Estados, nas Capitais. Nós sabemos que no Rio Grande



do Sul muitas vezes a situação é outra. Temos no Rio de Janeiro, temos em São Paulo, temos em Brasília; e no Rio Grande do Sul? (*Pausa.*) Como é que fica a realidade dessa juventude que fica nesse cinturão de exclusão, que não chega à política pública? Esse é o nosso público destinatário também. Temos diversas representações de entidades, ONGs, militantes e ativistas, e quando nós chegamos aos programas, chegamos às comunidades, chegamos às periferias, essa realidade está cada vez pior.

Então, quando nós falamos de uma política que precisa incluir, nós temos, sim, de ter unidade, porque não se reporta só ao Movimento Negro essa pauta. Há muita gente ainda alegando: “*Não, eu não sou negro, então não tenho nada a ver com isso*”. Isso está errado! Indígena está morrendo. Negro está morrendo. Jovens não negros também estão morrendo. E nós vamos fazer ouvido de mercador, dizer que não tem nada conosco?

Esta fala é exatamente porque nós temos gestão municipal, temos gestão estadual, e até o momento o silêncio é um grilo falante. O silêncio do grilo é aterrorizante. Estou aqui, olhem, na frente da bandeira do Movimento Negro Unificado, que na década de 70 pautou a discriminação e o que já estaria acontecendo hoje. Previu uma situação lá na década de 70. Eu disse: “*Tu viste, Matos? Eu te alcancei*”. Então, militantes da própria cultura negra, do Movimento Negro, como nós, já estamos há muitos anos falando do extermínio da juventude negra, e quando nós vemos uma manchete como esta numa revista: “*Um milhão de mortos*”, qual é a reação da sociedade diante disso? É de tranquilidade, paz, sossego? Um milhão! Matam mais que o Afeganistão e os países em guerra. Como dormir com um barulho desses, sendo que nós não começamos a falar disso agora nesta década, do ano 2010 a 2015?

Então, chega uma hora em que, por todos os pactos, todas as conferências, todas as políticas públicas que existem, nós temos órgãos governamentais que se desdobram, que realizam ações; mas qual é o retorno para essa política na atualidade quando nós consideramos Maria da Conceição, Bom Jesus, Restinga, Rubem Berta, que são os territórios que são prioritários por causa da violência referente à juventude negra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Por favor, conclua.



A SRA. MARIA LUIZA RODRIGUES VIANNA - Então, aqui eu tenho duas leis; uma é a Lei Municipal nº 10.378, de 2008. É uma realidade que muitos jovens que são representantes do Fórum Permanente do Hip Hop gaúcho trazem aqui todos os dias a esta Casa. Toda quinta-feira, das 18 às 20 horas, estão aqui representantes legítimos, natos, de uma realidade que não chega à periferia. E o nosso público destinatário, não me deixem mentir, é o jovem negro.

Então, se nós não dialogarmos, não priorizarmos a juventude da comunidade, da periferia, a situação ficará muito mais difícil. A ideia é de que nós tenhamos unidade para fazer o enfrentamento e a ação. Dados estatísticos, livros, textos, isso aí já temos, temos bastante; agora o necessário é a ação, o enfrentamento.

E não poderia deixar de agradecer aqui também à Frente Parlamentar contra o racismo, a homofobia e outras formas de discriminação, ao Fórum de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude negra e à Anistia Internacional, porque quando nós colocamos um *post*, ou quando nós os chamamos pelo telefone, eles estão prestes a ajudar e a contribuir, mas nós entendemos que órgãos municipais e estaduais precisam alinhar-se e realmente fazer a diferença.

Se for possível agora desligarem a luz, vamos mostrar o vídeo de quando nós fizemos a adesão do Estado ao Plano Juventude Viva em 2014. Nós estamos há 8 meses dialogando para ver de que forma e se realmente há comprometimento com a nossa juventude, se a política pública, com sua diversidade, a sua pluralidade, vai fazer a diferença. Por gentileza, há como desligar a luz aí, pessoal? (*Pausa.*)

Em mais 1 minutinho, enquanto não desligam a luz, queria convidá-los: dia 3 foi lançada a IX Semana Municipal do Hip Hop de Porto Alegre; estaremos nas comunidades a partir do dia 3 de agosto, com oficinas, debates e diálogos sobre os direitos da juventude. Estejam todos convidados.

Não tem ninguém aí para desligar a luz? (*Pausa.*)

A SRA. PÉROLA SAMPAIO - Tenho uma questão de ordem, bem rapidinha: se a companheira Malu me permite, sugiro que nós possamos finalizar as falas depois do companheiro do Enegrecer, e temos ainda Matos para falar, porque a atividade na Restinga está marcada para as 2 horas, e a sociedade, a comunidade precisa falar aos Parlamentares que estarão lá para ouvi-la, e é para eles que nós temos de dar esse protagonismo.



Então, que nós possamos ter a sensibilidade e a flexibilidade de ser muito sucintos nas falas daqui para frente, otimizar mesmo, porque daqui até a Restinga gasta-se 1 hora e meia, só para lembrar. Vamos lá, então.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PÉROLA SAMPAIO - Independentemente de lotação, eu trabalho lá na Restinga. É 1 hora e meia para se chegar lá, companheiro.

A SRA. MARIA LUIZA RODRIGUES VIANNA - Obrigada. Conseguiram?

Isso é o resultado de um processo de construção do Plano Juventude Viva aqui no Estado do Rio Grande do Sul.

Vamos em frente.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. MARIA LUIZA RODRIGUES VIANNA - Esse é um trabalho — não é, pessoal? — que não feito nem com uma nem duas pessoas. Exigiu esforço do Governo Federal, iniciativa de sensibilização, capacitação e orientação do que é que são políticas públicas atualizadas. Isso é importante, porque hoje existem gestores que muitas vezes não têm trajetória nos movimentos sociais, e a demanda da juventude vem de um processo. Como bem lembrou Ivonete, a SEPPIR é uma demanda do movimento negro. A juventude e as mulheres demandam. Então, para nós é muito importante apropriar, resgatar um histórico que não começou agora, em 2015, mas sim tem diversas estradas e muita coisa ainda a ser feita.

Quero agradecer a todos a presença e a oportunidade de estar aqui trazendo uma realidade do Estado do Rio Grande do Sul. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós ainda temos... Companhia, nós agradecemos, mas nós temos ainda 12 pessoas para falar; então, usem os 3 minutos. Vocês sabem como é; então, nós pedimos que agora se atenham aos 3 minutos, porque nós...

E o próximo é Antônio Matos, do Movimento Negro Unificado — MNU. *(Palmas.)*

O SR. ANTÔNIO MATOS - Olá, gente. Boa tarde. Já não é bom dia.

Em 18 de junho de 1978, um jovem feirante de 27 anos, em São Paulo, foi brutalmente agredido pela 44ª Delegacia de São Paulo. O Movimento Negro naquela época, 37 anos atrás, já estava organizando-se como movimento popular,



chamando à unidade, e foi partir daí, de uma violência contra um negro feirante, que se criou então, em julho, o Movimento Negro Unificado.

Eu sou Antônio Matos. Sou um militante talvez dos mais antigos aí, permanentemente, e sempre de forma militante, dedicado. Foi assim que eu conheci Oliveira Silveira, meu amigo. É assim que nos tratávamos. Agora, quando alguém o saudou, foi como se ele estivesse vivo, não é? Mas foi uma saudação *post mortem*. Foi Oliveira Silveira quem, alguns anos antes, propôs o dia 20 de novembro, a negação do 13 de maio e a afirmação do 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Estou comentando isso aqui porque é importante nós trabalharmos isso, porque ontem lá na UFRGS eu me deparei com alguns professores de história, que se dizem professores de história, mas se não conhece a história negra, que é de mais de 50% da população brasileira, que professor de história é esse, da história do Brasil? É um caso sério, isso!

Eu anotei algumas coisas que foram ditas por Tatiana. Eu fiz as contas: pelos dados de Tatiana, desde que começou a nossa reunião até agora, já se foram quase 4 horas, já morreram 12 negros; não 12 jovens apenas; 12 jovens negros, assassinados durante este tempo em que estamos aqui. Olhem que desumanidade o racismo traz, que paira sobre a Nação brasileira, e se em 1978 a angústia era já era grande, imaginem, é cada vez pior.

Esse é um assunto que... Como eu tenho dito, assim como o assunto da mulher, como o assunto dos palestinos, não é preciso ser palestino para lutar pela causa palestina, não é preciso ser negro para lutar pela causa negra, e é o item primeiro dos pressupostos dos direitos humanos.

É uma pena. Outro dia eu estava numa reunião — vejam se pode! E diariamente acontece —, e saí; era uma reunião como esta, e saí para ir ao banheiro. Na reunião o assunto era o transporte de Porto Alegre. Aí, quando eu voltei, tinham... Disseram: *“Olha, por que é que não estavas aqui? Fizeram uma piada sobre negros”*. Como se fosse... Não é? Nós, além do sarcasmo, ainda somos os responsáveis por explicar...

No nosso pouco tempo, eu vou tentar ser breve, mas eu tenho... Queria dizer aos jovens, às pessoas que estão aqui, porque é importante, e digo, eu acho, com a legitimidade de quem é militante há muitos anos, por muito mais da metade da vida



dedicado a isso, que nós devemos reagir. Aliás, a palavra é: reaja, ou será morto. Nós devemos reagir contra todas as causas que desumanizam o Brasil neste momento. Está muito ruim, está uma vergonha! O Ministério Público estava na nossa reunião, aqui na Mesa. Outro dia o MNU visitou o Ministério Público, e o que foi que nós levamos para lá? Fui eu que fui o primeiro a falar. *“O que é que vocês querem?”* Eu disse: *“Olhe, nós viemos aqui para que o senhor prenda um executivo, o Secretário de Educação, pelo descumprimento da lei, da Lei 10.639”*. Nós queremos, Deputado, que essa seja uma das propostas que eu vou apresentar. Afinal, o Ministério Público foi criado em 1988 — criado não, reforçado pela Constituinte de 1988, com a premissa de defender a cidadania, e aqui nós chamamos a cidadania negra, a história do sangue brasileiro na sua maioria. O sangue brasileiro é negro na sua maioria.

Falamos de um Estado, Deputado Lopes, onde o seu colega, um dos 31 Deputados eleitos no Rio Grande do Sul, o mais votado daqui, foi justamente o que disse essa aberração, e não foi preso por isso, pelo incentivo ao crime; ele disse que os negros, nós negros, que os homossexuais, que os indígenas, são tudo que não presta no Rio Grande do Sul. E disse isso, e saiu bem. Eu não vi passeata, não houve, não houve protesto, não houve nota nem editorial de jornal. O Deputado colega seu, nosso parceiro da Paraíba, está lá, representando muito mal o Rio Grande do Sul.

Ontem eu saí daqui às 21 horas, de uma reunião. Eu sou produtor cultural e estava numa reunião sobre cultura aqui na Assembleia. E ao sair daqui encontrei um jovem na parte de baixo do térreo. Quando saírem daqui vão ver escrito lá: *“Povo sem parlamento é povo escravo”*, não é? E um holofote bem grande ilumina essa frase. Perto desse holofote estava Fábio, de 21 anos, negro, *black*. O que é que ele fazia? Ele pegava uma roupa e secava no holofote. Olhei, analisei, e disse a ele, provocando: *“Olha, tu estás apagando a frase ali”*. Ele olhou, disse: *“Eu tenho de secar minha camisa. Tenho de secar minha camisa”*. E eu disse: *“Sim, mas tu secas onde?”*, fazendo-me... Não é? Ele disse: *“Não, eu moro na rua”*. Fábio mora na rua. Ontem, com aquele tempo... Eu lembrei-me disso quando você começou, quando falou da importância do “bom dia”, eu fiquei pensando: mas que bom dia nós temos?



Mais de 10 já morreram durante a nossa reunião. Eu concordo com o que você disse, eu entendi. Ou que boa noite teve o Fábio ontem? *(Pausa.)*

O copo está cheio!

Feita a saudação do MNU, agora eu vou ler nossas propostas, por favor. Nós queremos buscar, queremos ver materializadas essas propostas. Primeiro, eu já falei do Ministério Público; a segunda é de que construamos casas de *hip hop*. Vamos criar a Casa Amarildo, para lembrança de... Cadê o corpo de Amarildo? Cadê Amarildo? Vamos reforçar, implementar a Juventude Viva, aprovar o PL 4.471, que propõe o fim dos autos de resistência, que é a grande justificativa dos policiais assassinos em todo o Brasil. Em todo o Brasil eles repetem, repetem e repetem. Mentem!

Sobre o Movimento Negro, como nós já propomos há bastante tempo, e sei que Ivonete já fez o serviço no Governo, eu acho, Olívio Dutra, nós queremos que nas Academias de Polícias Militares e Civas, no ordenamento estrutural lá, legal, seja chamado o Movimento Negro para fazer a formação e a capacitação desses policiais, porque lá é que eles aprendem. Nós temos de fazer a pergunta elementar para eles: onde é que eles guardam tanto preconceito, tanto racismo, para fazer essa estupidez? Eu moro numa vila pobre, pobre, pobre, o Campo da Tuca, há 57 anos. Eu sei o que é isso. Lá eu sou tratado pelos policiais como “professorzinho”, de forma irônica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Por favor, conclua.

O SR. ANTÔNIO MATOS - Estou concluindo, Deputado. Eu tenho uma proposta aqui e posso mandar para os senhores, porque eu escrevi isso. Eu estava na casa de terreiro de mãe Tatiana quando um delegado, com mais um grupo de pessoas, invadiu a casa. Estes óculos são recentes, porque até meus óculos foram quebrados. Invadiu, quebrou! Eu tenho tudo escrito.

E por fim, o que eu acho mais caro, e no XVII Congresso do MNU agora, recentemente, isso foi reforçado, é a nossa luta por um fundo de reparações — um fundo de reparações, atenção, que não fique na mão do Governo. Pode ficar com o Governo, mas sob o nosso olhar, sob a nossa gestão, para reparar os 350 anos que só um povo... Todos os ricos de hoje lucraram com os 350 anos de escravidão. Era



a época em que só um povo trabalhava. Esta terra aqui tem um dono, que são os indígenas, e hoje nós vemos os ricos aqui batendo em nós.

Então, é isso: um fundo nacional de reparações para o povo negro pelos 350 anos de escravidão. É isso. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.

Quero passar a palavra para o último orador da Mesa, Sebastião dos Santos, do Coletivo Enegrecer.

O SR. SEBASTIÃO DOS SANTOS - Bom dia a todos. Então, eu sou do Movimento da Juventude, da Ala Kizomba, e dentro da Ala Kizomba nós temos um Coletivo, que é o Enegrecer, e o Enegrecer está organizado em 12 Estados da Federação. E nós também temos algumas pautas importantes na sociedade. Nós também fazemos parte do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, não é? E também da pasta de Combate ao Racismo da União Nacional dos Estudantes, da UNE. Também faço parte da Etnia Africana de Santa Rosa.

Mas o que eu quero fazer aqui hoje é, primeiramente, agradecer a Jeferson Fernandes por trazer esta CPI para cá, para o nosso Estado. Eu sou baiano, e moro aqui no Rio Grande do Sul há 6 anos. E eu quero fazer um relato do que aconteceu comigo agora, em abril deste ano, quando meu irmão, lá na Bahia, recém-chegado do trabalho, às 8 horas da noite, estava na porta de casa, sentado, e dois mascarados, de moto, chegaram lá e deram cinco tiros nele, matando meu irmão, de apenas 23 anos, um jovem como esses dos quais nós estamos falando aqui. E aí, quando eu cheguei lá... Isso foi no dia 7; no dia 8, quando eu cheguei lá, eu fui até a delegacia para saber o que estavam fazendo. Até hoje, nada estão fazendo. Por quê? É um jovem negro, pobre, lá do fundo da vila. Por que eles vão se preocupar? E aí um policial chegou para mim e disse assim: *“Você não mora aqui, não é?”* Eu falei: *“Não, eu moro lá no Rio Grande do Sul”*. *“Eu tenho duas propostas para te fazer: ou você acha quem matou o teu irmão e faz a mesma coisa, ou você me paga 5 mil reais, eu vou lá e faço”*.

Isso é o que acontece, Deputado Reginaldo, com a nossa comunidade, com a nossa juventude, e infelizmente com alguns policiais, corruptos, para fazer uma proposta dessas. Então, hoje quem sofre... *(Pausa.)* ...é minha mãe. *(Palmas.)*



Todo... (*Choro.*) Todo dia ela senta à frente da porta para esperar por ele. Só que ele não vai vir. Ele não vai vir. (*Choro.*)

Desculpe-me, pessoal. Só quem passa por isso é que sabe. (*Choro.*) Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sebastião. Se você quiser encaminhar-nos o inquérito, nós podemos solicitar o número do processo, para nós pedirmos todas as informações via CPI. Passe para o Deputado Jeferson, para que ele me encaminhe até segunda-feira, ou na terça, para nós incluirmos em pauta, certo? E quero manifestar a nossa solidariedade.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR - Deputado Reginaldo, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Sa. tem a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR - Além de manifestar toda a minha solidariedade a você, eu quero também dizer que a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial quer acompanhar o seu caso, independentemente da CPI. A CPI sempre nos encaminha, mas estamos à disposição. Podemos conversar. Portanto, agora vamos trocar telefones. E também queremos acompanhar o seu caso, saber como é que está o inquérito. Ivonete tem todos os meus contatos, é uma liderança daqui do Rio Grande do Sul que trabalhou conosco na SEPPIR. Estamos aqui à disposição de você para tentar elucidar o caso, saber o que foi que aconteceu, acompanhar o inquérito junto à Polícia, ver o que o Ministério Público está fazendo dentro da ação penal. Estamos à disposição de você, certo?

Toda a minha solidariedade, e conforto à sua mãe e a você. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Nós... O que a CPI mais constatou em todas estas diligências e audiências é isto: as mulheres são duplamente vítimas, primeiro porque as mulheres são talvez as únicas que nunca desistem dos seus filhos. Eu sou homem, e acho que os homens desistem muito facilmente, mas as mulheres nunca. Quem são essas mulheres? São as avós, na ampla maioria, que cuidam dos seus netos; são as mães também; são as viúvas, as esposas.



Então, se o Brasil tem de fazer uma reparação de danos, do ponto de vista dos homicídios, essa reparação de danos tem de ser para as mulheres negras, que são duplamente vítimas (*palmas*), porque perdem seu ente querido e vivem buscando justiça, não é? Não cansam. São incansáveis. E hoje o Brasil começa a escutar esses gritos dessas mulheres que pedem justiça aos milhares, em diversas periferias do Brasil. Então, espero que nós possamos conseguir construir políticas nessa perspectiva, não é? Ou seja, de reparação de danos do ponto de vista psicológico, social, e eu acho que o Estado, por sua omissão, deveria fazer reparação de danos inclusive financeira, não é? Então, minha solidariedade, e estamos juntos nessa luta.

Nós temos aqui vários inscritos. Só estamos com um problema: nós temos que chegar até Restinga. É ruim deixar a comunidade nos esperando muito tempo, 50 minutos. Então, são 15h15min e há vários inscritos. A quem puder declinar da sua inscrição, vamos dizer assim, a Mesa agradece. É evidente que estamos aqui para ouvir e vamos cumprir a agenda, ou então vamos resumir, ser um pouco mais objetivos. Estamos sendo bem tolerante, de 3 a 5 minutos, mas vários fizeram intervenções bem superior a isso. Agora, quem também for da comunidade de Restinga pode falar dela.

Então, vamos lá. Concedo a palavra a Tamires Sampaio, da UNE.

Sr. Ênio Andrade, o senhor está declinando, não é? (*Pausa.*) Obrigado.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO - Boa tarde. Vou fazer uma breve saudação. Eu sou Tamires. Sou de São Paulo e vim para cá para uma atividade do movimento estudantil que vai acontecer neste final de semana e não podia deixar de participar desse espaço. Eu faço parte da CONEM, Coordenação Nacional de Entidades Negras, pelo movimento negro.

Eu acho que está ficando muito claro para que essa onda conservadora que está tomando as ruas está muito baseada no racismo, no machismo, na homofobia, no classismo, porque essas opressões são estruturadas na nossa sociedade, principalmente o racismo. Eu tenho a dizer que o PL da terceirização atinge a população negra, porque as trabalhadoras terceirizadas, em sua maioria, são mulheres negras. A redução da maioridade penal é uma pauta que atinge a juventude negra. A questão do extermínio da juventude negra, o genocídio que



acontece com a população negra também está baseado na população negra. Então, vemos que todas as pautas conservadoras que estão em ascensão no Congresso atingem diretamente o nosso povo. Por quê? Porque nós vemos que, num País de 515 anos de história, mais da metade foi de escravidão e depois da escravidão não houve políticas de inserção do negro na sociedade. Isso fez com que o racismo fosse estrutural, institucional e se reproduzisse em diversas esferas. Saúdo muito a CPI mais ainda por ela estar indo a todos os Estados. Eu acompanhei a audiência quando ela foi a São Paulo há umas duas semanas.

Existe o genocídio da população negra, que é baseado no fato de que não temos política pública de saúde, a educação que chega ao nosso povo é de menos qualidade, a Polícia Militar está matando o nosso povo. Eu acho engraçado também porque a questão do extermínio não é só para o jovem negro. As mulheres negras também morrem porque não têm acesso a uma saúde de qualidade, porque o aborto não é legalizado. Então, nós, mulheres negras, também somos violentadas não só pela perda, mas pelo Estado mesmo.

Eu lembro que alguém comentou sobre a questão da unidade. Ela é realmente importante, porque a direita e o conservadorismo estão unificados, estão em ascensão cada vez maior, estão tomando as ruas, as portas do Congresso e não se furtam a golpes. Foi isso que aconteceu na semana passada na questão da votação da PEC 171. Houve um golpe. Então, eles não se furtam de dar golpes para passar as pautas deles.

Nós, dos movimentos sociais, do movimento negro, do movimento estudantil, precisamos, em unidade, lutar contra essa onda conservadora, por uma sociedade mais igual, contra o racismo, o machismo e a homofobia.

Era essa a minha breve saudação. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Tamires Sampaio.

O próximo orador é Matheus de Castro, do Comitê Gaúcho Contra a Redução da Maioridade Penal.

O SR. MATHEUS DE CASTRO - Eu prometo ser bem breve. Eu fui mais do que contemplado nas falas. Apenas quero registrar a presença do Comitê Gaúcho Contra a Redução da Maioridade Penal. Esse Comitê está aberto a toda entidade e



indivíduo que for contra a redução da maioria penal, independente de outras ideologias e convicções.

Estamos aqui também fazendo venda de camisetas. Bruna, levante a mão! Quem quiser camiseta nós estamos fazendo a venda, por 15 reais, para ajudar na arrecadação do Comitê. A redução da maioria penal vai atingir principalmente a juventude negra. Então, somos solidários, estamos aí, na luta, e à disposição para contribuir com tudo o que for possível. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

O próximo a falar é o Nestor, do Ecossistema Brasil.

O SR. NESTOR HEINEN - Boa tarde a todos.

Eu estarei na Restinga para podermos começar a implementar uma ação transformadora, que se repetirá nos 5.570 Municípios do País.

Na minha infância, eu tive o privilégio de conviver com o negro Bastião, técnico serrador, que dizia que era o 16º filho da nossa família. Eu sou o 14º. A minha formação é jesuítica. As duas multinacionais na área da educação. A minha atividade empreendedora, com mais de 500 empregados com carteira de trabalho, no passado. E aquele que tirou o Hino Rio-Grandense da prateleira — durante 150 anos ninguém conhecia, foi através dos festivais internacionais de coros, durante 8 anos. A Fátima Gimenez o conheceu, gravou. Todos nós gaúchos cantamos ele, com muito gosto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NESTOR HEINEN - A senhora não canta?

(Não identificado) - Não.

O SR. NESTOR HEINEN - Tem a liberdade de cantar, ou não.

É o seguinte, deixa eu acrescentar, o nosso problema comum...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não identificado) - Eu também não canto.

O SR. NESTOR HEINEN - Eu não lhe condeno por isso.

(Não identificado) - Pode escolher outro...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. NESTOR HEINEN - Não, não, não. É forma de expressão. Eu queria, então, compreender por que a Conferência de Durban não fez a inclusão econômica



socioambiental. Por que a ONU não incluiu, apesar de (*ininteligível*), na terceira conferência. A juventude de hoje vai mudar o futuro. Por que os fóruns não incluem? É porque a receita de bolo está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nestor, vamos concluir.

O SR. NESTOR HEINEN - Eu tenho um parecer do BNDES, para os 5 mil Municípios. Ele entra com os quatro módulos do condomínio integral EcoProSumidor sustentado, que vai incluir todos os da Restinga, a exemplo dos Sete Povos das Missões. Eles não tinham incluídos e excluídos, eles tinham todos os indígenas. E depois dos 500 anos de Brasil, colocaram o ser humano em caixinhas. Esse *apartheid* institucional, senhor, é pior que o *apartheid* racial. Ele não inclui, não aceita inclusão.

Neste modelo nós vamos gerar a inclusão de todos. Por isso que eu vou estar na Restinga para iniciar esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado. (*Palmas.*)
Passo a palavra ao Sr. Luís Guaíba, Professor.

O SR. LUÍS GUAÍBA - Desculpe-me eu não abrir mão. No Hino Rio-Grandense há aquela frase "*povo que não tem virtude acaba por ser escravo*". Por isso não canto o Hino Rio-Grandense.

Eu também tenho algumas...

(Não identificado) - Tem que mudar essa (*ininteligível*).

O SR. LUÍS GUAÍBA - É, tem que mudar, mas não vai mudar. Acho que mesmo que a gente brigue, não vai mudar.

Eu estava conversando com o Deputado. Fiz uma questão para ele. Eu trabalho em escola periférica. Eu coloquei para ele: "*Quantos assessores negros o senhor tem no seu gabinete?*" Ele: "*Dois*". Como é pouco, é capaz de ele saber o nome, sobrenome e o RG dos dois. "*Mas quantos brancos?*" "*Tem 12.*" Como é que eu vou militar na política, como é que eu vou entrar num partido, que eu já sei que eu não vou ter chance de ser assessor? Ele me perguntou: "*Qual é o seu partido?*" "*Sou apolítico.*" Detesto. Estou aqui, na Casa política, mas sei que eu não vou ter ascensão política nunca. E talvez... Eu pergunto ao Deputado, porque a nossa comunidade foi segregada quanto ao ensino: será que não temos... Eu moro num Município e perguntei para um Vereador: "*Por que a gente não coloca um assessor*



negro no teu gabinete?” “Ah, não, teve um negro que foi Prefeito aqui, em Guaíba, e errou muito, né? Então, a gente não coloca mais negro na Prefeitura.”

O SR. ANTONIO MATOS - Se é branco, tem nome; negro não tem.

O SR. LUÍS GUAÍBA - É, não tem. Então, todo os erros atribuídos foram pelos 4 anos do Dr. João Collares, em Guaíba; não entra mais negro na Prefeitura. Foi o que ele me alegou.

Então, não há como dizer lá na minha comunidade pobre, na minha vila: *“Tu és negrinho, tu podes ser Prefeito; tu és negrinho, tu podes ser assessor; tu és negrinho, tu podes ser Vereador.”* Não posso. *“Eu chego lá”* — ele me diz : *“Eu sou negrinho, posso ser traficante, professor! Eu sou negrinho, sou chefe da gangue lá no presídio central, ou jogador de futebol.”*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUÍS GUAÍBA - É. Ontem eu ainda coloquei lá um exemplo. Houve aquele cabelo horrível do Neymar, que toda gurizada cortava igual.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUÍS GUAÍBA - Aquele cabelo horrível do Ronaldinho, o gordo, também horrível, e toda criança imitava. Como é que essa criança vai imitar alguém de destaque? Nós temos destaque pelo talento, não pelo conhecimento. Como é que eu vou colocar nessa criança que deve ter conhecimento? A educação, no Brasil, está um caos! E como é que eu vou dizer assim: *“Estuda que tu vai ser alguém”*. É difícil, não é?

Nós estamos aqui num movimento de negros, e temos a maioria branca, porque a maioria branca, aqui, é de assessores de alguma coisa. Eles não estão aqui para defender a nossa causa. Estão aqui porque são obrigados, são CCs, são assessores de alguma coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, professor.

A próxima a falar é Jussara Conceição.

O Ênio Andrade abriu mão, mas ele é da APAC. Eu acho que a APAC é um sistema que precisamos conhecer um pouco mais — sistema de segurança pública, o sistema prisional brasileiro. Mas ele vai estar lá em Restinga, e eu quero fazer



questão que ele faça um depoimento, pela sua história de vida e, também, por militar na APAC. Eu sou de São João del-Rei, nós temos uma bela APAC lá, eu acho que é um modelo do século XXI. O modelo prisional brasileiro é medieval. Todos os modelos de prisão, na minha opinião, são meio medievais.

Com a palavra Jussara Conceição.

A SRA. JUSSARA CONCEIÇÃO FERREIRA - Bom dia a todos.

Eu sou da Federação Rio-Grandense da Terceira Idade e, graças a Deus, não sou CC. Estou aqui querendo ser brasileira, porque, até agora, brasileira mesma eu não fui. Eu não tive a oportunidade de ter a cultura negra dentro da minha escola e aprender. Mas eu fui em busca e aprendi. Aprendi bastante. Fui do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e me preocupei quando a nossa Deputada Maria do Rosário falou que estão fazendo 25 anos os Conselhos Tutelares. E aí, eu escutei hoje, no rádio, que os Conselhos Tutelares estão desestruturados dentro dos Municípios. Eu fiquei muito preocupada, pensei que o conselheiro tutelar seria um dos primeiros a estar aqui, junto, para contribuir com esse fórum. Eu não sei se tem alguém do Conselho Tutelar aí, de Porto Alegre, ou de outros Municípios.

Mas a droga rola como se fosse algo tão construtivo e inofensivo, que faz parte do dia a dia da nossa cidade, seja nas praças, nos parques, em frente às escolas estaduais, municipais, particulares. Vejo que os traficantes estão protegidos, pois ninguém de nós conhece o nome, o perfil de cada um deles. As crianças negras e pobres são as mais afetadas, afinal, a rejeição a elas é maior por causa do racismo, que é oculto e se esconde no coração daqueles que não têm amor.

Liberar a droga, hoje, significa tirar essa proteção que esconde a identidade dos traficantes. Eu acho que está no momento de a gente pensar profundamente nisso. E a gente não pensa.

Há 20 anos, quando eu vim aqui, na Assembleia, fiz uma intervenção dizendo que eu defendia casamento de pessoas do mesmo sexo. E hoje isso é realidade. Eu acho que está no momento de a gente fazer uma sociedade tão igual, tão bonita... Eu vejo, o Movimento Negro sempre presente em todos os momentos da vida da gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, companheira.



A SRA. JUSSARA CONCEIÇÃO FERREIRA - Eu vim ao mundo pela mão de uma parteira negra. E eu tenho o maior carinho, a maior dedicação pelo Movimento Negro do meu partido, que é o PT. Eu sou militante do PT. *(Palmas.)* E, graças a Deus, eles sempre me acolheram com a alma.

Eu, por mim, a Vereadora Pérola seria a minha Vereadora, aqui, em Porto Alegre, mas, provavelmente agora, este ano, nós poderemos fazer um trabalho melhor ainda, trabalhar em cima disso. Mas eu acho que a gente tem que cobrar é dentro do partido, os assessores.

Como a cota que temos na faculdade para os negros, temos que tê-la dentro do partido também. Em cada cargo lá dentro deve ter um negro. É impossível fazer a igualdade sem a participação do negro dentro da nossa sociedade, em todos os sentidos: seja no partido político, seja na associação de bairro, em todos os locais.

Muito obrigada.

Bom dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado.

Inclusive, a CPI recomenda a aprovação de PL que propõe 20% dos cargos de carreira no Legislativo, e 20% no Judiciário. O Judiciário, agora, através do Ministro Ricardo Lewandowski, reconheceu para toda a magistratura, inclusive para juízes, em todos os tribunais, 20%. Mas não é lei. Então, nós estamos apresentando uma lei. E o Congresso votou a lei de 20% no Executivo, e o mesmo Congresso não votou para o Legislativo, não é Deputado Luiz Couto? Contraditório, o nosso Parlamento.

Então, nós temos vários PLs e estamos recomendando a aprovação deles. Inclusive, eu sou autor de um deles, que propõe 20% na carreira do Legislativo e do Poder Judiciário, como se fez no Poder Executivo.

A última a falar será a Profa. Adiles da Silva Lima, Coordenadora de Igualdade Racial de Canoas. Encerramos com a professora.

A SRA. ADILES DA SILVA LIMA - Boa tarde.

Cumprimento a Mesa, cumprimento os companheiros do Movimento Negro. Obrigada por ficarem aí porque eu estou aqui, ainda, resistindo. *(Risos.)*

Grande parte do que eu gostaria de dizer aqui já foi dito; já estou contemplada. Eu sou uma professora — está na testa —, aqui, no Rio Grande do



Sul, obstinada pela aplicação da Lei nº 10.639. E, de tanto viajar e conversar com gestores, com educadores, com o pessoal de terreiro, eu vejo que há uma pauta invisibilizada. E como foi aberto, agora, um flanco para a Lei 10.639 nesta CPI, eu gostaria de dizer que, apesar de a escola ser uma das melhores organizações que a comunidade ainda respeita, porque tem uma organização, ela se engessou em si própria; não saem para fora as coisas que acontecem dentro das paredes das escolas, por questão de ética, corporativismo, etc.

Então, eu gostaria de dizer que há um problema que está acontecendo, que deriva da aplicação da lei, que é a questão do cuidado com a saúde mental de educadores negros que querem trabalhar com a lei dentro das escolas. Eu estou conseguindo ainda me salvar, com alguma sanidade, porque tive que sair das escolas. Estou no institucional, há 5 ou 6 anos, porque, em Cachoeirinha, por exemplo, eu perambulava de escola em escola, apesar de ter uma história de 28 anos como educadora, formando alunos para o vestibular.

Então, os educadores negros estão sendo privados de trabalhar com a aplicação da lei. Por quê? Porque o gestores públicos silenciaram, porque fazem aqueles planos político-pedagógicos, mas não os cumprem, o nosso assunto não é pauta de reunião pedagógica na escola, e fica “*tudo como dantes no quartel de Abrantes*”. Os educadores negros se encolhem, ficam com medo de falar o que eu estou falando agora aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Agradeço a presença aos Srs. Parlamentares, às assessorias e aos demais presentes, dizendo que várias sugestões aqui já estão incorporadas em alguns projetos e proposições legislativas, mas quero reconhecer que ela contribuiu muito para aperfeiçoarmos alguns projetos que estão em encaminhamento, inclusive o do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ampliando-o para a superação do racismo e a reparação de danos. Ele amplia, a partir desta audiência.

Também há a questão da Lei nº 10.639, de 2003. Vamos apresentar um PL para incluir os Municípios que não implantaram o CADIN, porque aí não se faz convênios, com verbas voluntárias, com o Governo Federal nem com o Governo Estadual.



Vamos ampliar a Lei do SISNEP, que propõe a estatística, com a ideia do Alberto. Também a ideia do Instituto Nacional de Segurança Pública é importante, porque o maior dado da segurança pública é não ter dados; então, vamos superar isso. Que o instituto possa ser igual ao DATASUS, ao INEP. Acho que é uma boa proposição. É evidente que isso é prerrogativa do Executivo e entra nas recomendações para o Executivo.

Para o CADIN, além da alternância da Lei do Sistema Nacional de Estatística e Segurança Pública e formação em tempo real — estamos apresentando uma lei pela CPI — e além de reter 3% do repasse da União aos Estados, também será obrigado a colocar taxa de elucidação dos crimes e toda a qualificação do cidadão: se é branco, negro, onde mora, cor, gênero, local do crime, etc., para que possamos ter dados mais reais. Portanto, vamos colocar esses Estados no CADIN, caso não seja feita a alimentação em tempo real das estatísticas.

No geral, acho que foi bem produtiva a nossa audiência pública aqui no Rio Grande do Sul. Quero agradecer, do fundo do coração, ao Deputado Jeferson Fernandes por ter organizado a nossa vinda aqui. Quero também convocá-lo a mobilizar a Assembleia do Estado para criar uma Comissão Especial para elaborar o seu plano estadual de enfrentamento ao homicídio, porque isso é um produto. Se a nossa PEC do novo sistema de segurança for aprovada, será uma obrigação constitucional de todos os Estados e Municípios elaborar planos, estratégias e metas e concepção de segurança pública com o cidadão, porque é ele quem recebe a segurança pública na ponta.

Do nosso Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio, eu falei no início aqui. Ele tem cinco metas: reduzir para um dígito nos próximos 10 anos; hoje 70 jovens são assassinados para cada 100 mil — isso significa que, em 10 anos, nós vamos evitar a morte de 600 mil pessoas; reduzir a letalidade policial, que é altíssima; a vitimização de policiais também, que é alta; elevar a taxa de elucidação de crimes, que é baixíssima, de 8% para 80%; e estabelecer políticas territoriais nas comunidades afrodescendentes e a presença institucional do Estado, seja na política de lazer, esporte, educação, seja na institucionalidade, iluminação, ciclovias, moradia e tal.

Então, é isso. Quero agradecer a todos a presença.



A SRA. MARIA LUIZA RODRIGUES VIANNA - Há um detalhe sobre o momento das políticas públicas de juventude, em específico, mediante o termo de adesão já estar encaminhado para o Estado, também serem implementadas as políticas públicas, o que ficou faltando ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na verdade, nós queremos constitucionalizar uma política da Presidenta Dilma, que é uma ação do Governo Dilma para uma ação do Estado. Então, no Plano Nacional, nos Planos Estaduais e nos Planos Municipais, é evidente que no eixo prevenção, o Município, o Estado e a União têm que dizer o que vão fazer concretamente para mudar a realidade de comunidades mais vulneráveis e como o Estado vai garantir políticas para essa população. Então, o Juventude Viva deixa de ser uma ação e Governo para ser uma ação do Estado brasileiro.

A SRA. MARIA LUIZA RODRIGUES VIANNA - Sim, assume um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na verdade, essa política é do Executivo e terá que ser feita com a obrigação de implantar as metas por meio dos planos.

Então, é evidente que as diretrizes da Juventude Viva são as diretrizes do Plano Nacional. As ações específicas se darão na obrigação, que é prerrogativa dos Executivos do Município, do Estado e da União. Portanto, estaríamos dando outro salto de patamar de política sobre juventude viva a partir dessas metas do Plano.

A SRA. MARIA LUIZA RODRIGUES VIANNA - Foi citado isso porque recentemente a Ministra Nilma assinou um termo técnico de cooperação de políticas de igualdade racial, em que têm de estar embutidas também as políticas públicas de juventude para o Estado. Foi por isso que fiz a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Hoje, o que acontece na prática é que estão sendo feitos a partir de uma carta de intenções. Nós queremos que isso seja feito a partir de um compromisso republicano. É evidente que o Plano Nacional, como foi levantado pelo Deputado Orlando Silva ontem na audiência da CPI, em Brasília... Talvez, nós vamos colocar um artigo no plano que, após a aprovação pelas Câmaras Municipais, pelas Assembleias e pelo Congresso Nacional, um dos métodos do gestor é a pactuação republicana. Por quê? Porque,



para se atingir as cinco metas do Plano Nacional, é preciso envolver o Ministério Público, a Justiça. Se a Justiça criminal continuar priorizando apenas crimes patrimoniais, ela não vai elucidar crimes. E devemos envolver Governos Estaduais e Municipais, enfim, todos os entes. Após a aprovação dos planos, é importante essa repactuação republicana com todos os Poderes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando para às 14h30min, na Comunidade Restinga, em Porto Alegre, a continuidade da reunião da CPI no dia de hoje; e também convocando reunião da CPI na segunda-feira, dia 13 de julho, em Recife.

Um grande abraço. Muito obrigado.

Declaro encerrados os trabalhos na parte da manhã. *(Palmas.)*